



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1433/15	DATA: 20/08/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h	TÉRMINO: 12h57min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RAUL HENRIQUE SROUR - Empresário, dono da Distri-Cash Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S/A. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER – Empresário, dono da TOV Corretora - Investimentos, Câmbio e Seguros.

SUMÁRIO
Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS para tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 43ª reunião da Comissão Parlamentar de inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África, CPI - PETROBRAS.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 42ª reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Luiz Sérgio.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente.

Decisão do Exmo. Sr. Juiz Sérgio Moro em face de solicitação da CPI autorizando o deslocamento até o Congresso Nacional dos Srs. Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, convocados para acareação perante a Comissão, a ser realizada em plenário da Câmara dos Deputados no dia 25 de agosto de 2015, às 14 horas, próxima semana

Fax do Supremo Tribunal Federal, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio, informando a revogação da liminar deferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski em reclamação interposta por Joana D'arc Fernandes da Silva e outros, a qual suspendia as deliberações de aprovação tomadas pela CPI da PETROBRAS quanto aos Requerimentos nºs 942, 943 e 944, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera, aprovados na reunião do dia 9 de julho de 2015. A decisão revocatória negou seguimento à reclamação.



Fax do Supremo Tribunal Federal, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Luiz Fux, informando concessão de liminar no *Habeas corpus* nº 129.824, impetrado em favor de Raul Henrique Srour, *“(I) a fim de que seja garantido ao paciente o direito contra a autoincriminação, podendo, conseqüentemente, permanecer em silêncio, caso assim entenda, vedada aplicação de qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade em razão do exercício da mencionada prerrogativa; (II) o direito de ser dispensado de assinar termo de compromisso, caso não seja ouvido na condição de testemunha; (III) a prerrogativa de ser assistido por advogado e de se comunicar com ele, sem qualquer restrição, durante a realização de seu depoimento”*.

Ofício do Dr. José Carlos Dias, advogado e representante do Sr. Marco Ernest Matalon, justificando ausência do depoente na reunião de hoje em razão de seu estado precário de saúde, conforme consta do relatório médico que instrui o requerimento. Considera, ainda, estar o depoente com 85 anos de idade, não sendo recomendável viajar de avião, pelo que se dispõe a prestar qualquer esclarecimento em São Paulo, ou em outra oportunidade, se a sua saúde permitir, ou mesmo por escrito.

Mensagem eletrônica do Dr. Sérgio Salgado Ivahy Badaró, advogado do convocado Sr. Paulo Pires de Almeida, informando a impossibilidade de seu cliente comparecer à audiência designada para a data de hoje por encontrar-se, por oportunidade da intimação, em local distante e de difícil locomoção. Requer redesignação da audiência, dispondo-se ao comparecimento perante a CPI. O pedido está deferido. Redesignarei audiência.

Esta Presidência informa que hoje, às 18h30min, haverá reunião com o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, onde serão debatidos assuntos de interesse da CPI, notadamente no que se refere às solicitações de compartilhamento de informações e de oitiva de investigados à luz da Lei nº 12.850/13.

Foi agendada para o próximo dia 26 de agosto, às 18h30min, a audiência com o Exmo. Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, para tratarmos de assuntos relacionados à CPI - PETROBRAS. Os Deputados que pretenderem participar da audiência devem informar com antecedência na secretaria da Comissão.



Examinando os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que o Requerimento nº 865, de 2015, de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, guarda relação com o teor do Requerimento aprovado de nº 755, de 2015, de autoria do Deputado Altineu Côrtes, ou seja, *“requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja convocado o Sr. Fernando Heller, proprietário da Corretora TOV, para prestar depoimento”*, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesses das propostas contidas em ambos os requerimentos, reconheço como também aprovado o requerimento de autoria do Deputado Antonio Imbassahy, informando que o mesmo constará da pauta da próxima reunião deliberativa, para que o Plenário possa referendar essa aprovação. Determino à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimento dos Senhores:

1 - Paulo Pires de Almeida (Requerimento nº 784, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes);

2 - Raul Henrique Srouer (Requerimento nº 746, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes);

3 - Marco Ernest Matalon (Requerimento nº 785, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes);

4 - Fernando Francisco Brochado Heller (Requerimento nº 755, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, e Requerimento nº 865, de 2015, do Deputado Antonio Imbassahy).

Em face das ausências justificadas dos depoentes Paulo Pires de Almeida e Marco Ernest Matalon, convocados para a reunião de hoje, tendo sido os pedidos deferidos por esta Presidência, e após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que os depoentes presentes serão ouvidos na qualidade de investigados. Ser-lhes-ão garantidos os direitos na forma do que determina a Constituição.

Convido, primeiramente, o Sr. Raul Henrique Srouer para tomar assento à mesa.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, pela Liderança do PR, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Inicialmente, Deputado Altineu Côrtes, pela ordem, com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria usar também o meu tempo de Líder, nessa questão de ordem, e colocar que nós estamos vivendo aqui um momento político no Brasil muito crítico de crise econômica, de crise política. A CPI da PETROBRAS foi instalada para ter um papel de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. está usando o tempo de Líder também?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k., 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente: esta CPI não pode continuar, é uma desmoralização continuar na forma como ela vem sendo conduzida. Nós estamos aqui há três semanas do mês de agosto e, é impressionante, nós ouvimos só pessoas que são do terceiro escalão em importância nas investigações do escândalo da PETROBRAS. Nós não conseguimos trazer pra cá exatamente quem interessa, quem tem o que dizer e quem pode esclarecer os grandes escândalos, porque, se existe um esquema de lavagem de dinheiro em empresas, formação de empresas de lavagem de dinheiro no Paraná ou em qualquer outro lugar, se existem doleiros que são intermediários, se o Banco Central não controla, faz parte da investigação, mas não é o centro da investigação.

Então, eu queria colocar o seguinte, Sr. Presidente: nós aprovamos aqui requerimentos que são realmente, e se provaram, consistentes, pontuais e diretos, que esclarecem muitas coisas nesta Casa. Requerimentos convocando delatores, como o Sr. Júlio Camargo, levaram 4 meses para ser aprovados aqui. E foram aprovados há 1 mês e meio. Por que nós — e os requerimentos já estão aprovados — não convocamos o Sr. Júlio Camargo, que é exatamente o delator do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Eduardo Cunha, que já falou à PGR, que já falou ao



Juiz Sérgio Moro? E não pode vir à CPI porque ele está blindado, 4 meses de blindagem, na convocação, e 1 mês e meio de blindagem, depois de aprovado o requerimento.

É uma vergonha para a CPI esse esvaziamento aqui, com apenas dois Deputados participando, tendo o Relator e o Vice-Presidente conduzindo. É uma vergonha isso. A Sra. Solange Almeida está no centro dos acontecimentos, dos requerimentos que foram tirados dos HDs da Câmara, que vão ser fruto da denúncia de hoje da PGR, que já está certa, que implica diretamente o Presidente da Câmara dos Deputados. E nós não podemos ficar fazendo cara de paisagem aqui, entende?

Mas, eu acho, Sr. Presidente, que nós temos requerimentos de convocação do Presidente da Casa. O Presidente da Casa veio aqui, no primeiro dia de CPI, pra ser desagravado. Agora, nós estamos pedindo a convocação dele. Tem requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático aí pra ser votado. Por que não se vota? Por que um grupo de Parlamentares blindou a CPI dessa forma?

A mesma coisa é com a empresa Kroll. O Sr. Eduardo Cunha precisa depor na CPI. Isso aqui é sintoma de autonomia da Casa. O Sr. Eduardo Cunha precisa parar de atrapalhar as investigações, ele devia se afastar da Presidência da Casa. Veja o caso da Kroll, que nós, desde o primeiro momento, colocamos que isso não poderia ser sigiloso. De repente, a Kroll rompeu o contrato, porque, na verdade, nós só fomos descobrir, 4 meses depois, que a Sra. Stael Janene estava sendo investigada e o Sr. Fernando Baiano não, e que a Kroll gastou 1 milhão e 80 mil reais para ela produzir algo que está em todos os jornais e no Google, na Internet, ou nos grandes jornais. Não tem nada, eu olhei, eu fui lá pesquisar o que foi feito.

Então, Sr. Presidente, eu queria, desta tribuna, dizer o seguinte: como membro desta CPI, essa vergonha não pode continuar. Ou nós convocamos quem de interesse, como o Sr. Lúcio Funaro, o Sr. Júlio Camargo, a Sra. Solange Almeida e o próprio Presidente da Casa ou outras pessoas, que a Deputada Eliziane Gama e outros queiram trazer, mas que tenham incidência direta sobre os fatos ocorrentes na conjuntura. Então, não me venham dizer que o Júlio Camargo não vai falar. Não é verdade, ele pode chegar aqui e falar.



Então, Sr. Presidente, nós não podemos continuar mudos. E me desculpem, quem for conivente com isso tudo está com as nádegas de fora, como disse o jornalista Josias de Souza hoje. Quem for conivente com isso, entende, não pode continuar fazendo cara de paisagem aqui na CPI, porque não se quer investigar a fundo o que está acontecendo na CPI da PETROBRAS, nos escândalos da PETROBRAS. A sociedade brasileira está vendo isso, a imprensa brasileira está vendo isso. Nós não podemos continuar com isso. A CPI não pode virar algo que não investiga nada, não tem papel nenhum. A CPI tem poderes, a CPI pode cumprir um papel, que é cortar na própria carne.

Então, eu quero só finalizar dizendo, Sr. Presidente, que o Sr. Sérgio Moro fez lá as denúncias e condenou uma série de empresários. Tem uns que têm foro privilegiado. Nós não ouvimos nenhum! Mais de 35 estão denunciados e há, ainda, os que vão ser com as novas delações premiadas.

Então, eu peço a V.Exa. que nós aprovemos alguns requerimentos, nós marquemos a convocação imediata do Sr. Júlio Camargo e do Sr. Jaime Oliveira, aprovemos a convocação da Sra. Solange Almeida e do Sr. Eduardo Cunha para depor nesta Casa, porque ele veio de livre e espontânea vontade. Agora ele não quer mais vir? Ele é o primeiro interessado nisso, porque, sem dúvida, ele atrapalha as investigações permanecendo no cargo. A CPI não pode permanecer cega, surda e muda para essa realidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço as colocações do Deputado Ivan Valente.

Passo a palavra para o Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, eu queria usar o tempo de Liderança do PR.

Eu estou no meu primeiro mandato de Deputado Federal, fui Deputado Estadual lá por três Legislaturas no Rio. Considero a CPI da PETROBRAS talvez uma das CPIs mais importantes que este País já teve. Eu também estou muito frustrado. Eu sou Sub-Relator da CPI, tenho feito um trabalho aí e espero fazer um trabalho em conjunto com o Deputado Luiz Sérgio, eu quero colaborar. Nós já ouvimos, na nossa Sub-Relatoria, mais de 20 pessoas. Os requerimentos desta



semana estão em meu nome, apesar de eu ter feito e assinado para o conjunto de Deputados, relativos às questões de Curitiba.

Não sou do mesmo partido do Deputado Ivan Valente, cada um tem sua visão política, mas a minha questão é apurar os fatos. Eu acho que a CPI anda prevaricando. Eu não quero sair daqui pra sair nos jornais e dizer que esta CPI não deu em nada, como nós lemos da outra, da CPMI lá do Senado, que o relatório foi assim, foi assado. Nós aprovamos requerimentos, de minha autoria, convocando empresários que não vieram à CPI. Existem questões centrais a serem apuradas, e eu não estou entendendo por que essas questões não estão sendo enfrentadas. Por exemplo, a questão da área petroquímica. Já falei dez vezes aqui: vai esperar ter uma fase da Operação Lava-Jato para tratar da roubalheira da compra das petroquímicas, como aconteceu lá na Petroquímica Suzano, que é um caso maior que Pasadena, que ninguém fala nada? Por quê? Porque são pessoas bilionárias, influentes, que têm influência dentro do Governo do PT, dos governos passados, e não vêm sentar aqui?

Eu apresentei um requerimento convocando o Sr. Eike Batista. Por que ele tem influência o requerimento dele não foi colocado em votação? Eu apresentei um requerimento agora, essa semana, semana passada, retrasada, convocando o Grupo BTG Pactual. Todo mundo sabe da influência do Dr. André Esteves no Governo. Só uma questão: Dr. André Esteves, além da questão de sondas, de Sete Brasil, em que ele está envolvido, ele aluga um prédio para a PETROBRAS, no centro do Rio de Janeiro, por 500 milhões de reais. Cem milhões de reais por ano! Enquanto o aluguel desce, o aluguel dele sobe. Por que ele não senta aqui? O que esta CPI deve a um banqueiro que não pode sentar aqui? Nós só vamos trazer aqui os magrinhos? Então, eu quero trazer essas pessoas aqui. Eu posso ser voto vencido, agora, vai sair daqui a 60 dias que a CPI prevaricou, que não trouxe fulano, beltrano, sicrano. Eu acho isso um absurdo.

E vou dizer mais: sou de um partido da base do Governo. Acho que, depois de tudo apurado — e V.Exa., que preside a CPI hoje, V.Exa. é do PSDB, um partido de oposição —, eu defendo a Presidente Dilma, eu acho que a Presidente Dilma, pessoalmente, não está envolvida em nada disso.



Estou satisfeito com a questão da minha Sub-Relatoria, a questão técnica. Ouvimos muita gente da PETROBRAS, a Justiça avançou muito, existe muita coisa apurada. Com relação ao relatório sobre a Sub-Relatoria de construção de refinarias, eu estou tranquilo. Eu quero saber do resto. Por que não trazemos esses caras aqui?

Eu fiz o requerimento, por exemplo, do Sr. Walter Faria, dono da Cervejaria do Grupo Petrópolis, Itaipava. Há 12 anos, ele era o revendedor da Schincariol. Hoje, ele tem 13% do mercado de cerveja do Brasil! Será que ele é o quê? Ele é um mágico? Nesse caso do Sr. Walter Faria, que nós tínhamos que aprovar aqui o requerimento imediatamente e trazê-lo imediatamente aqui, é preciso saber quem é que deu a mão a ele. Esse caso dele é um caso que junta CPI da PETROBRAS, do petrolão, junto com o BNDES. É a mágica: ele era revendedor há 12 anos; hoje, ele tem 13% do mercado de cerveja. Será que foi o dinheiro do petrolão que financiou o crescimento dele ou foram os empréstimos do BNDES, já que hoje ele tem cinco cervejarias no Brasil?

Então, Sr. Presidente, eu acho que a CPI tem que ter um novo gás. Ontem, conversei com o Presidente Hugo Motta, falei com ele sobre a convocação do Sr. David Feffer, da área petroquímica. Eu cito o Sr. Feffer porque é o maior caso da área petroquímica, é o maior valor. As ações eram 1 bilhão e 200 milhões, a PETROBRAS pagou 4 bilhões e 100 milhões. Quem fez o negócio? Paulo Roberto Costa. Aliás, semana que vem, no dia 25, Paulo Roberto Costa está aqui, e eu quero saber, eu queria saber dele o que aconteceu na área petroquímica, porque me parece que, nas delações premiadas dele, ele não falou sobre essa questão.

Então, eu acho que trazer aqui o André Esteves, trazer aqui o Sr. Walter Faria, o Sr. Eike Batista, vai dizer que esta CPI não está aqui protegendo ninguém. Eu não estou nem entrando na questão política, essa questão não é política, porque o Governo vai passar, a CPI vai passar e o Brasil vai continuar. Mas esses são os caras. Agora o Sr. André Esteves, do BTG Pactual, é um dos bancos contratados para vender 25% da BR Distribuidora. Sei que o cara está envolvido nas questões todas e ainda assim está forte, participa e é blindado e não vem aqui.

Então, Sr. Presidente, eu acho que a CPI tem que realmente tomar um outro rumo. Eu sou uma pessoa de colaborar, mas, sinceramente, quando terminar a CPI,



o meu nome vai estar lá, como participante da CPI, e eu não quero sair como um dos membros da CPI que prevaricou, como aconteceu na CPMI do Senado, dito aí pela imprensa, que os relatórios foram brandos, que muita gente ficou de fora. Então, eu gostaria que isso não acontecesse.

Eu quero deixar o meu protesto aqui no tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero até pedir licença aqui ao Deputado Bacelar, porque eu usei o tempo de Líder do PR hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Respeito a opinião do Deputado Altineu Côrtes, mas não concordo, em absoluto, que esta CPI esteja prevaricando.

Passo, tendo em vista...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - V.Exa. tem o direito de não concordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não concordo em absoluto. Não concordo em absoluto.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É. Nós precisamos trazer o Sr. David Feffer aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ela está prevaricando, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não concordo em absoluto que a CPI esteja prevaricando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quando a CPI não levanta um escândalo de 3 bilhões de reais, na minha opinião, é porque... Não estou entendendo o por quê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tudo bem, V.Exa. já fez uso da palavra, mas eu não concordo que a CPI esteja prevaricando.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - V.Exa. tem o direito de não concordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - É claro, como V.Exa. também tem o direito de fazer qualquer tipo de acusação.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. deseja falar?



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apenas...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, não estou acusando ninguém. É só a minha opinião. Eu não estou acusando ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apenas para...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É evidente que há blindagem aqui, Sr. Presidente. É evidente que há blindagem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apenas para deixar também registrado aqui na CPI que comungo com as palavras do Deputado Antonio Imbassahy. Eu acho que o ímpeto do discurso do Deputado Altineu Côrtes em relação à prevaricação não expressa o esforço de todos, inclusive de V.Exa., nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tendo em vista o teor do requerimento aprovado, e em face do deferimento pelo Ministro do STF, Luiz Fux, do *Habeas Corpus* nº 129.825, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os direitos constitucionais, a saber: o direito contra a autoincriminação, podendo, caso assim entenda, permanecer em silêncio e a prerrogativa de ser assistido por advogado e de se comunicar com ele, sem qualquer restrição, durante a realização do seu depoimento.

Entretanto, informo a V. Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V. Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa:

O tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão (art. 256, § 2º), não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão escrever-se previamente junto à secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Raul Henrique Srour.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Antes de passar a palavra ao nosso depoente, eu só queria que V.Exa... Eu fiz uma proposta, e V.Exa. está exercendo a Presidência neste momento. Então, eu gostaria que V.Exa. pudesse me responder, se nós vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu respondo a V.Exa. agora. Nós vamos levar a proposta de V.Exa. ao Presidente Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Presidente Hugo Motta não está presente aqui hoje, em um dia crítico como hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Ele estará presente, ele estará presente. Ele apenas está tendo um compromisso e pediu para que eu tocasse o início da sessão.

Com a palavra o Sr. Raul Henrique Srouf, pelo tempo de até 20 minutos.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Bom dia! Eu gostaria de esclarecer que entendo a importância desta CPI para o Brasil, pra que as coisas sejam investigadas a fundo. Embora eu tenha um *habeas corpus* que me permite não fazer nenhuma declaração, eu gostaria, primeiramente, de dizer que eu não conheço ninguém, nenhum político, ninguém ligado à PETROBRAS. A minha vinda aqui foi uma surpresa para mim, embora eu esteja envolvido na Operação Casa Branca, me parece um equívoco, porque não há nenhum assunto que eu possa tratar que possa esclarecer essa questão de PETROBRAS, de envolvimento, de dinheiro envolvido, mandado pra políticos, e coisa assim, porque, para mim, tudo isso foi uma surpresa. Eu não tenho nada a ver com ninguém, não conheço os personagens e me sinto vítima dessa história toda, do que me aconteceu, justamente por ter entrado no rabo do foguete, né? Então, essa é a minha posição. Eu quero deixar claro que pela empresa que eu administrava nunca passou nada, nunca foi mandado nada, nem com meu conhecimento, nem sem o meu conhecimento. Diante disso tudo, estou querendo esclarecer essa minha postura, que não é uma postura de esconder nada, mas é uma postura de não ter nada a declarar. Por essa razão, entrei com *habeas corpus* preventivo, mas não, repito, não na intenção de omitir, mas de não ter o que dizer. Lamento, porque, obviamente, foi criada uma expectativa em cima do que eu



poderia vir a revelar. Em todos os meus depoimentos na Polícia Federal, na Justiça Federal, em Curitiba, eu fui muito claro, na presença dos meus advogados, de dizer que não estou preocupado com grandes sabatinas e me preparar para o depoimento, porque não tenho o que esconder. Meus depoimentos sempre foram muito transparentes, eu não tenho nada pra esconder. E acho que eu estou aqui misturado com outras pessoas, que devem ter o que declarar, certamente, pelo menos é o que eu acompanho pelos jornais, mas, repito, não conheço nenhum desses personagens, nem os secundários, nem os terciários, eu não conheço ninguém, eu não conheço empreiteiros, não conheço nenhum político. Nunca fiz negócios relacionados à PETROBRAS, nem foi usada a minha empresa com essa finalidade. Então, basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desde quando V.Sa. opera no mercado paralelo de moedas estrangeiras?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu vou me manter em silêncio, conforme a minha permissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público? Sim ou não?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. não firmou acordo de delação premiada? Mas V.Sa. está sendo investigado no bojo dessa Operação Lava-Jato?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Operação Casa Branca, não é? Sim, estou, estou esperando julgamento, somente a sentença.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E por qual razão V.Sa. está sendo investigado nessa Operação?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, então, conforme fiz aqui uma abertura aqui, eu não pretendo responder às perguntas. Lamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, porque V.Sa. chegou aqui e disse aqui que não teria muito a contribuir, não conhece ninguém, mas todos os escândalos que envolveram a operação do mercado de câmbio, V.Sa. esteve no centro desse furacão. Foi assim no caso do BANESTADO, em que o nome de V.Sa.



aparece como um dos grandes operadores; foi assim na CPI dos Bingos, quando o nome de V.Sa. aparece, e, agora, recentemente, nessa nova Operação, quando a CPI... V.Sa. diz que não conhece ninguém, mas V.Sa. conhece a Nelma Kodama?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu não pretendo me manifestar, Excelência, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, V.Sa. aqui, desculpe-me, mas mentiu, quando disse que não tem nada a colaborar. Então, não é bem assim. V.Sa. está optando por não colaborar com esta CPI, é diferente, porque a Sra. Nelma Kodama, que está presa no Paraná, e os contratos, que ela disse que operava, eram com a Distri-Cash. Ontem, na terça-feira, aqui o gerente do Banco do Brasil disse que operava com a Distri-Cash. O ex-gerente do Banco do Brasil, que foi demitido, foi demitido porque operava e acabou recebendo, teve liberdade de pegar 4 mil reais, disse ele que emprestados, mas por isso perdeu o emprego. E essas pessoas operavam para uma organização criminosa. Então, não é verdadeiro o seu discurso de que V.Sa. não tem como colaborar. V.Sa. apenas está optando por não colaborar com esta CPI.

Então, vou passar, Sr. Presidente, deixando esse registro, aos outros, mas é profundamente lamentável que uma pessoa que, em todos os escândalos em que apareceram a movimentação de moedas estrangeiras, o Sr. Henrique Srouer esteve envolvido no BANESTADO, no bingo e agora nessa nova operação, e ele chega aqui e diz que está sendo vítima desse processo. Ele aqui — quero deixar registrado — está mentindo nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra ao Sub-Relator Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Raul, além do BANESTADO, o senhor esteve envolvido no escândalo da Siemens e de uma empresa de sua propriedade, a Crystal Financial Services, que teria recebido 7 milhões de dólares para pagar propina a agentes políticos. Essa propina foi paga? A quais agentes?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, não vou me manifestar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - V.Sa. mais uma vez vai fazer parte do nosso relatório aqui, e vai ser mais um para o seu currículo. O senhor tem um



currículo grande, extenso já dessas questões de falcaturia no mercado de câmbio, financeiro, essas operações que o senhor faz.

Que operações o senhor realizou no sentido de evadir divisas e lavar recursos oriundos de superfaturamentos constatados na Operação Lava-Jato?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou me manifestar, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual era a relação do senhor com o Sr. José Aparecido Eiras? O senhor fez uma sociedade através de uma funcionária do senhor e de uma cunhada dele. Ele esteve aqui e falou. Ele deu uma resposta sobre isso. Se o senhor disser que não vai falar, ou ele ou o senhor vai estar mentindo aqui.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, eu não estou sendo nem acusado de nada disso. Quero lhe dizer que V.Exas. estão dizendo que eu fazia parte do BANESTADO. Pelo jeito, V.Exas. não leram nada, ao dizer que eu estou aí envolvido com um monte de falcaturas. Não tenho nada a ver com BANESTADO, nada a ver com bingo, não vim a nenhuma dessas CPIs. Então, não sei se é maldade, se é equívoco ou falta de aplicação na lição de casa. A verdade é que eu não faço parte de nada disso. Quanto ao Sr. Eiras, ele era gerente do Banco do Brasil em que a Distri-Cash tinha uma conta absolutamente declarada ao Banco Central, todas as operações declaradas. Ele não fez nada de ilegal, nunca foi meu sócio em nada.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor deve ter respeito aqui na CPI, porque, se tem bandido aqui, bandido é o senhor! Quem está envolvido em escândalo do BANESTADO, quem foi preso e pagou fiança, foi o senhor. Então, o senhor trate os Deputados aqui com respeito! Eu fiz a pergunta ao senhor com respeito.

O SR. BRUNO AUGUSTO VITO MILANEZ - Sr. Presidente, pela ordem, se eventualmente...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - V.Sa. não pode fazer uso da palavra. O senhor é advogado, não pode fazer uso da palavra. Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. não pode usar da palavra.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu estou tratando o senhor com respeito. Eu fiz a minha lição, e a minha lição foi essa aqui. Se está malfeita ou não, é isso aqui que eu encontrei da ficha do senhor. Eu não estou desrespeitando o senhor. Eu estou perguntando ao senhor com respeito. Então, o senhor tenha respeito comigo e com esta CPI. O Sr. Eiras esteve aqui e disse que uma cunhada dele fez uma sociedade com uma funcionária do senhor. Foi essa a pergunta que eu fiz. Se a lição de casa, o senhor acha que eu não fiz, o senhor devia ter deixado de praticar esses atos que estão escritos aqui, ou pelo menos esclarecer. Se o senhor não deve nada, o senhor está preocupado com o quê? O senhor não deve nada. O senhor é um homem rico. O senhor pagou quanto de fiança para sair da cadeia? Qual foi o valor?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Excelência, com todo o respeito, eu não vim aqui faltar com educação com ninguém.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - É, mas o senhor faltou.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não faltei. V.Exa. me chamou de bandido agora.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, chamei depois. Se tem bandido aqui, o bandido é o senhor.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu só quero dizer o seguinte: eu já disse que não vou me manifestar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu fiz a minha lição de casa.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Então, se o senhor quiser fazer as perguntas, tudo bem, fique à vontade, obviamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual o valor da fiança que o senhor pagou?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Desculpe-me, não vou me manifestar mais.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A segunda lição de casa que eu tenho aqui é: a fiança que o senhor pagou foi de mais de 2 milhões de reais, se não de 2 milhões de reais. Para o senhor pagar uma fiança de 2 milhões de reais, realmente o senhor está envolvido em grandes transações. Mas vamos lá: o senhor aparece em diversas operações da Polícia Federal, como o Farol da Colina, esteve



envolvido no caso do BANESTADO, da Siemens, e veremos o nome do senhor surgir na investigação da CPI do BNDES ou na CPI dos Fundos de Pensão. O senhor tem alguma transação com o BNDES ou com os Fundos de Pensão?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não tenho, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor já teve participação ou sociedade, a PREVI participou de algum negócio com o senhor?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual o parentesco do senhor com o Sr. Rodrigo Srouer?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Desculpe.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Qual o parentesco do senhor com o Sr. Rodrigo de Oliveira Srouer?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - É meu filho.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Por enquanto, eu vou ficar com essas perguntas, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra para o primeiro membro inscrito, Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu indago a V.Exa. se eu poderia também utilizar o tempo do nosso colega, Deputado Bruno Covas, que não está presente hoje e pediu que eu, como Sub-Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Como Sub-Relator, não. V.Exa. pode usar o tempo como Líder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós já fizemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Como Sub-Relator, não. Como Líder, V.Exa. pode agregar o tempo, se assim o desejar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou fazer logo as perguntas. Se ele estiver disposto a responder, eu peço o tempo de Liderança.

V.Sa. conhece Maria Lúcia Ramires?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - No depoimento aqui, ela disse que foi utilizada, em função de um favor que V.Sa. fez a ela — não entrou em detalhes sobre qual favor —, como sócia da empresa, com o papel de laranja da empresa, que ela simplesmente assinava os cheques em branco e V.Sa., então, fazia a operação em nome dela. V.Sa. confirma isso? Utilizou a sua secretária Maria Lúcia como laranja de uma empresa?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou me manifestar, infelizmente. Desculpe-me. Ela trabalhou comigo anos, foi minha secretária. Ponto final. Eu não tive ciência do que ela disse, não entrei em detalhes, não falei mais com ela, mas, de fato, não era isso, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não tem conhecimento de que ela era sócia de alguma empresa?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou me manifestar, Excelência. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. disse que iria colaborar, quando disse que não tinha nada a ver, que não tinha não sei o que, pá, pá, pá. V.Sa. conhece a TOV?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu disse que não tenho nada a ver com PETROBRAS, com nada disso. Foi isso o que eu disse. E mantenho a mesma opinião.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conhece a TOV Corretora?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Conheço de jornais, nunca...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Fez alguma operação com a TOV?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Nunca. Não, não conheço ninguém lá. Nunca fiz.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem as empresas supostamente com laranjas, como é o caso da Maria Lúcia?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não. Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. pode afirmar que a empresa em nome da Maria Lúcia não operou com a TOV?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Posso afirmar.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Não operou com nenhuma... E nem com o Banco do Brasil?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - O que eu soube é que ela tinha conta no Banco do Brasil, mas não foi feita nenhuma operação de câmbio ou de nada disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em que agência do Banco do Brasil V.Sa. operava e qual era o nome do gerente?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - É o Eiras, na Campos Elíseos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Eiras?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Operações todas declaradas ao Banco Central — 100% delas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conheceu o Sr. Luccas, que era operador da TOV?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Ele era o quê?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Luccas.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu o conheci na carceragem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na carceragem? Ele disse aqui que praticamente todas as empresas que operavam na TOV, inclusive com o Banco do Brasil, eram empresas fantasmas. V.Sa. chegou a... Tem conhecimento de que o Sr. Eiras operava no Banco do Brasil também com empresas fantasmas?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, me desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - De quais empresas V.Sa. é proprietário?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Minha? Distri-Cash. Eu era administrador da Distri-Cash. Só. Não conheço nada disso. Tudo o que eu sei, vi nos jornais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa empresa, Distri-Cash, V.Sa. é o proprietário dela?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não. Só administrava a empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Atuava como procurador?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Também não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tinha procuração?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não. Só prospectava negócios.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem era o dono da Distri-Cash? Era o filho?



O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não, não, as pessoas de Minas Gerais; são os controladores da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tinha nenhum parente?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa., que mexe na área de câmbio, pode dizer se a legislação brasileira, o Banco Central, o COAF controlam corretamente? Qual é a opinião de V.Sa. sobre a nossa legislação com relação ao controle de câmbio?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, por orientação do meu advogado, tenho que me manter em silêncio. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conhece Leonardo Meirelles? Nunca ouviu falar?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Conheci na carceragem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como era o sistema de importação e exportação que vocês... Como é que V.Sa. operava nesse... Com relação ao Banco do Brasil, à própria corretora, como era feito essa...Aqui ficou patente que eram utilizadas muitas empresas paralisadas, que estavam sem operação. Alguns doleiros, como disseram a Nelma e a Lara, eram especialistas nisso, localizar as empresas e operar em nome delas.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu não conheço essas pessoas: Lara... Não conheço nada disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nem Nelma?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - A operação da Distri-Cash era...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor não conhece Nelma Kodama?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Conheço. A operação da Distri-Cash era operação de câmbio manual. Não há remessas, não há fechamento de câmbio, não há nada disso. Então, não tenho como lhe responder, nem que eu tivesse aqui mais detalhes para dar. Mas o fato é: as operações da Distri-Cash no câmbio manual, nas lojas, ponto final. Quando dizem que houve depósitos em dinheiro na... Houve. Não havia como ser diferente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Duzentos e setenta e cinco milhões.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - O próprio Eiras diz isso. Óbvio, a operação era inteira de câmbio manual. Como é que os depósitos poderiam ser



feitos? Em cheque? Não. Depósitos em dinheiro na conta. Todos, repito, 100% declarados.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, é lamentável.

V.Sa. conhece a empresa Mascarenhas de Moraes Materiais de Construção Ltda.?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, me desculpe, eu não posso mais me manifestar. Já falei o que podia...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso é lamentável, Presidente. Exatamente na parte que ele pode contribuir, ele não fala.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ele disse que todas as operações eram operações declaradas, normais. Como ele explica que a Distri-Cash teve uma liquidação extrajudicial? Qual é a razão, se era tudo normal, declarado? Como V.Sa. explica a razão pela qual o Banco Central decretou, em outubro do ano passado, a liquidação extrajudicial da Distri-Cash Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Eu não vou me manifestar, Excelência, me desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conhece a empresa CRG Serviços de Assessoria em Crédito de Cobrança?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou me manifestar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só sim ou não. Já ouviu falar dessa empresa?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não posso me manifestar, me desculpe. Trouxe meu advogado, tenho que seguir instruções. Desculpe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai colaborar. Não adianta ficar fazendo as perguntas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, para concluir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, já concluí. Já que ele não quer contribuir, apesar de ter feito o juramento, eu encerro as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se vê nestes depoimentos: dois faltantes e duas pessoas que vêm aqui com o direito de não dizer e de não querer falar. Essa é a situação da CPI.



Eu vou aproveitar o meu tempo só para pegar nosso relatório aqui, na parte que diz o seguinte: o Sr. Raul Sroul lamentou as dificuldades econômicas que enfrenta atualmente. Disse que deve entre 6, 8 e 12 milhões de reais, inclusive à doleira Nelma Kodama. Vive com uma renda de no máximo 6 mil mensais. E, por orientação do seu advogado, não declara imposto de renda há 5 anos. O senhor confirma isso?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, me desculpe, não vou me manifestar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nem isso ele quer manifestar. Então, quero aproveitar o meu tempo aqui, Presidente, já que agora V.Exa. está presente, para que nós convoquemos, na semana que vem, os requerimentos já aprovados do Sr. Júlio Camargo e do Sr. Jayme Careca e que marquemos uma reunião imediata... Presidente. Presidente. Deputada Eliziane, eu só queria a atenção do Presidente, peço desculpas. Estou falando com ele, mas ele não quer me atender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu, Deputado Ivan, me reservo o direito, que é uma opção que posso fazer, de primeiro ouvir a Deputada Eliziane e depois ouvir V.Exa., porque eu sou um cavalheiro. Se V.Exa. não é...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu estou com a palavra, Presidente. Estou me dirigindo a V.Exa., com os poucos minutos que tenho nesta Comissão. São 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu serei complacente com V.Exa. Estou ouvindo-o agora com toda a atenção, mas primeiro preferi ouvir a Deputada Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu coloquei ao Deputado Antonio Imbassahy, Vice-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra, e eu sou todo ouvidos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós chegamos a um ponto aqui, Presidente, que são 3 semanas de trabalho...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou falando alto, é que o som está ruim. Peço ao som que aumente.



Sr. Presidente, há três semanas nós fazemos depoimentos que não têm nenhuma importância e nenhum impacto sobre as investigações da CPI; e as verdadeiras investigações que nós precisamos fazer, os nomes que implicam, que incidem sobre a Operação Lava-Jato não são debatidos nesta Comissão.

O Sr. Júlio Camargo podia estar sentado aqui hoje, convocado. O do Sr. Jayme Careca, foram 4 meses para aprovar, 1 mês depois de aprovado o requerimento, e hoje o Presidente da Câmara está denunciado pela PGR por corrupção. O Presidente é o primeiro a ter que vir depor aqui, agora não como convidado, mas como convocado. Como convocado!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, desculpe...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Estou com a palavra, eu não lhe dei a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Ivan Valente, eu acho que V.Sa. tem que respeitar esta Casa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu não lhe dei a palavra, eu estou com a palavra. Sr. Presidente, garanta a minha palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Exa. está antecipando aqui o julgamento da Procuradoria-Geral da República.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Garanta a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado João Bacelar, o Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou com a palavra, e não haverá blindadores aqui que vão me impedir de falar, não haverá.

São 4, 5, 6 meses de CPI. Nós já fizemos aqui várias questões de ordem sobre o andamento da CPI. O Deputado Altineu levantou aqui hoje uma questão importante: daqui a pouco vão acusar a CPI de prevaricar, por falta de importância e por blindagem política. Não é mais possível fazer "cara de paisagem" sobre o que está acontecendo. As grandes incidências que aparecem nas denúncias da PGR e do Juiz Sérgio Moro têm que ser trazidas para cá. Nós já colocamos e aprovamos requerimentos, e as pessoas não são convocadas, porque há uma blindagem, há uma blindagem, há um interesse político.



Nós temos 35 Parlamentares envolvidos, Deputados e Senadores, diretamente, e nenhum veio depor aqui ainda, só o Deputado Eduardo Cunha, que se apresentou. Agora, a partir de hoje, se ele for denunciado, nós devemos votar o requerimento de convocação do Presidente da Casa, porque ele é o Presidente da instituição. O que está em jogo é a instituição! A CPI não pode mais fazer “cara de paisagem” frente a isso. Conivência com isso é conivência com a corrupção, é conivência com a não investigação, com a não procura da verdade. Nós devemos defender primeiramente a instituição. Este é o papel da CPI: cortar a própria carne. Então, eu vou pedir a V.Exa. que marquemos os depoimentos do Sr. Júlio Camargo e do Sr. Jayme Oliveira e que aprovemos o requerimento da Sra. Solange Almeida, diretamente implicada aqui, do doleiro Lúcio Funaro. E digo mais: seria, sim, fundamental, uma demonstração de independência desta CPI, aprovar o requerimento de convocação do Presidente desta Casa. Se não há nada contra ele, ele depõe, como já fez no primeiro dia. Só que agora há uma denúncia, há uma denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, eu peço a V.Exa....

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, V.Exa. é muito paciente, mas isso enche o saco.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sei que os blindadores estão irritados.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso enche o saco. Toda sessão é a mesma lenga-lenga, mesma “cantinela”, é a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não produz nada para a CPI! O Deputado Ivan Valente quer fazer disso aqui o palanque eleitoral dele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Acabou a blindagem! Acabou a blindagem.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Vai para a sociedade e impõe maioria, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Acabou a blindagem aqui dentro!

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso enche o saco, Deputado Ivan.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - (*Ininteligível*) para não se trazerem determinados depoentes aqui e o direcionamento do tema, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso enche o saco. Meu ouvido está cansado, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Isso aqui não produz nada, é só para querer aparecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A começar pelo Sub-Relator André Moura. Inclusive, o caso da Kroll precisa ser explicado aqui hoje, por que nós gastamos 1 milhão de reais, e foi rompido o acordo. O Sr. Fernando Baiano não estava na lista. V.Exa. também deve explicar isto aqui: por que foi rompido o acordo com a Kroll? O que a Kroll investigou? O que foi feito com o dinheiro público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu ouvi V.Exa. educadamente aqui, inclusive, como sempre sendo complacente com o tempo, porque nós estamos no Parlamento brasileiro, e os Parlamentares têm tido, pelo menos por parte desta Presidência, até uma elasticidade do tempo para colocar os seus posicionamentos. Mas eu não posso, enquanto Presidente, aceitar que V.Exa. faça essas colocações, e, sabedor das colocações que o Deputado Altineu fez aqui anteriormente, eu quero aqui refutá-las e dizer, Deputado Ivan, que o cronograma da CPI não pode ser feito ao bel-prazer de V.Exa. V.Exa. tem toda..

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E nem às conveniências de outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. me deixar falar, eu agradeço, porque eu escutei V.Exa. de maneira paciente. A pauta da CPI não pode ser para V.Exa. um instrumento de prazer, principalmente para que veja seus adversários políticos na berlinda.

A CPI tem um foco. Nós estamos desde a semana passada — e isso foi acordado, o Deputado Antonio Imbassahy é testemunha —, de tratarmos sobre as questões dos crimes envolvendo o sistema financeiro, que é um problema que vem coincidentemente acontecendo a cada CPI, que esta Casa investiga, com crimes de corrupção.

Estamos encerrando hoje esse ciclo. Na próxima semana, teremos as acareações. A imprensa aqui presente, a sociedade que nos acompanha sabe que,



se fosse da vontade deste Presidente, desde a volta do recesso nós já teríamos realizados as acareações, que, infelizmente, não puderam ser realizadas por força de motivo maior que cabe ao Presidente da CPI cumprir.

Agora, eu não posso aqui, porque a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público Federal, que têm o nosso respeito, fizeram uma denúncia hoje contra o Presidente da Casa ou contra quem quer que seja — assim como já havia soltado uma lista no início dos nossos trabalhos —, eu não posso aqui funcionar de acordo com as denúncias quando são feitas ou quando elas deixam de ser feitas. A CPI não pode mudar o seu rito porque a denúncia foi feita hoje.

Isso não quer dizer que mais à frente nós não venhamos a apurar os objetos que essa denúncia está fazendo. Agora, eu não posso aqui, porque a denúncia foi feita hoje, desmanchar tudo o que eu planejei para poder atender ao cronograma de atividades que as incompatibilidades políticas, aqui na Casa, de eleições da Presidente da Câmara estão colocando. Eu não tenho nada a ver com o processo eleitoral que já foi deflagrado. Estou aqui para investigar, para cumprir o meu papel e é isso o que eu vou fazer.

Então, eu peço a V.Exa., em respeito a si próprio e não a mim, porque não sei se tenho o direito de ter o respeito de V.Exa., o que V.Exa. tem, sem dúvida alguma, o meu respeito em algumas situações, em outras não, mas que, na verdade, peço a V.Exa. que respeite a si próprio, porque V.Exa. é membro desta CPI.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sou membro dela, e por isso que eu estou tendo vergonha do que está acontecendo aqui, com a blindagem que estão fazendo aqui, escandalosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, quando V.Exa. agride a CPI, V.Exa. está se auto agredindo. Então, eu faço aqui esse apelo e quero dizer a V.Exa., Deputado Ivan Valente, que nada nos tirará desse foco. Escuto V.Exa., tenho respeito, mas nada nos tirará do foco da investigação, com muita paciência, com muita serenidade.

Quero, de público, anunciar a nossa ida à Curitiba mais uma vez. No próximo dia 31 de agosto, estaremos em Curitiba, cumprindo o cronograma para ouvirmos todas as pessoas que estão lá presas na Operação Lava-Jato.



Queremos também realizar todas as acareações que estão pendentes em Curitiba, para evitar o gasto de dinheiro público de essas pessoas virem aqui, cumprindo o papel da CPI.

Vamos cumprir uma agenda internacional ainda no mês de em setembro. Mandeí hoje o pedido de autorização ao Presidente da Casa para podermos ir não só ao Canadá, mas também a Washington e a Nova Iorque, atendendo ao requerimento do Deputado Izalci e do Deputado Celso Pansera, que foram aprovados pela CPI.

E nós vamos seguir o nosso rito. Quando a pauta da CPI puder coincidir com a vontade de V.Exa., será para nós um prazer, mas, enquanto não coincidir, eu não posso deixar que a pauta seja um objeto de puro prazer de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é a minha vontade, são as necessidades da própria CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, eu acredito que já respondi. Agora, escutar aqui que a CPI está prevaricando, eu não admito de V.Exa. e não admito do Deputado Altineu Côrtes. Isso eu não admito, enquanto Presidente. Se isso for uma tentativa de nos provocar para nos tirar do foco, eu quero dizer que, com essas provocações, nós estamos imunes a esse tipo de colocação.

O Deputado André Moura foi citado, eu darei a palavra a V.Exa., e seguirei com o depoimento do Sr. Raul Srour.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu fui citado, Sr. Presidente,.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em seguida, darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, eu fui citado pelo Deputado Ivan Valente em relação à contratação da Kroll. Obviamente, todos aqui sabem que a contratação da Kroll, na reunião interna que nós tivemos com a Kroll, nós discutimos, e quero aqui reconhecer que o Deputado Ivan Valente foi o único que não concordou que os nomes a serem investigados pela Kroll não fossem de conhecimento de todos.

Mas o trabalho foi realizado, o relatório foi entregue, está à disposição de todos os Parlamentares desta CPI. É obvio que, quando se contrata uma empresa para fazer um trabalho de investigação, nós não sabemos o que vai ser encontrado



na investigação. Isso é obvio. Nós não sabemos o que vai ser encontrado na investigação. Se nós tivéssemos a certeza daquilo que seria encontrado na investigação, não precisava investigar, não precisava contratar, não precisava investigar nem precisava contratar. O que nós não podemos aqui aceitar é a colocação do Deputado Ivan Valente, que aqui quer ser o paladino da moralidade. Mas, na verdade, não o é. Se ele faz as colocações, levantando suspeitas ao trabalho que está sendo desenvolvido aqui pela CPI da PETROBRAS e por todos os Parlamentares, primeiro é uma falta de respeito com todos os colegas de Parlamento. Segundo, se ele tem vergonha desta CPI, ele tem obviamente o direito de pedir para sair, porque não ficamos em um lugar em que nos sentimos envergonhados. Se ele fica é porque ele quer, na verdade, fazer daqui um palco para querer aparecer.

A verdade é essa, porque aqui todos nós estamos trabalhando, cada um contribuindo dentro daquilo que é possível, dentro daquilo que nós podemos aqui produzir, para contribuir para passar o Brasil a limpo. E esse desejo não é só de um, não, eu creio que seja de todos, logicamente que cada um, dentro do seu posicionamento.

Então, Sr. Presidente, é só para também colocar a minha posição e dizer que esse discurso que tem o Deputado Ivan Valente aqui, que é corriqueiro, que é praticamente em todas as reuniões da Comissão, não contribui para produzir nada aqui na Comissão. O que ele quer é holofote, como eu vi ontem na...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu fui citado e peço a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu estou falando. V.Exa., para mim, é um falso paladino da moralidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu fui citado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - De paladino da moralidade V.Exa. não tem nada. V.Exa. é um falso paladino da moralidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A sua moralidade está em Sergipe, que eu sei.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Estou falando. E a sua está no Brasil. E dos seus assessores, que V.Exa. obrigou a doar dinheiro para a sua campanha. Então, deixa eu falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem que comparar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, deixa eu falar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos comparar para ver como é que vai ser.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, V.Exa. é um falso paladino da moralidade. V.Exa. quer aparecer!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A palavra está com o Deputado André Moura, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Exa. deveria estar no picadeiro, que é o seu lugar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele tem medo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, Sr. Presidente, quero dizer aqui que esse tipo de contribuição de um Parlamentar que não tem compromisso e quer só aparecer, quer mídia, isso não contribui em nada com o trabalho da CPI. Eu acho que o foco não é esse. O foco é contribuir aqui para as investigações. O foco é contribuir para que possamos passar o Brasil a limpo. Obviamente, eu aqui também, como V.Exa., refuto todas as acusações, e que nós possamos seguir o nosso trabalho. Agora, ninguém está aqui disposto para estar ouvindo o que quer dizer o Deputado Ivan Valente aqui, porque quem fala o que quer ouve o que não quer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tenho problema de ouvir, não, Sr. Presidente, só que eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, vou dar a palavra ao Deputado Altineu Côrtes. V.Exa. foi citado porque V.Exa. citou primeiro. Então, não darei a palavra mais a V.Exa. Seguirei com o depoimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Foi dar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. falará novamente, mais à frente.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu, na realidade, quero dizer do profundo respeito que tenho por V.Exa., pelo Deputado Luiz Sérgio, pelo Deputado Antonio Imbassahy. Usei a palavra “prevaricar” sim. Talvez tenha feito uma colocação de forma errada, mas realmente fico um pouco frustrado de não trazer alguns nomes aqui nesta CPI. Sobre a questão da Petroquímica, já falei com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. despachou esse assunto comigo ontem.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Despachei ontem. Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Prometi a V.Exa. que daria uma solução hoje. Eu não entendi esse arroubo que V.Exa. teve de partir agredindo os companheiros. Então, eu peço...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se V.Exa. se sentiu agredido e os companheiros, eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu não tenho a juventude de V.Exa., mas também não tenho uma certa idade. Então, às vezes, eu ajo no calor das emoções, mas, em hipótese alguma, quero desrespeitar ninguém aqui e respeito a CPI. Acho que nós estamos fazendo um bom trabalho. Quero, sim, que possamos ouvir esses nomes, avançar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos avançar. Vamos avançar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Peço só 1 minuto a V.Exa., para eu terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quero me referir ao Sr. Raul Srour, porque ele disse que nós não fizemos, que eu não fiz a lição de casa. Eu quero dizer ao senhor que eu vou fazer a lição de casa em relação ao senhor e em relação ao filho do senhor quando ele vier aqui, mas eu vou fazer profundamente. Vou fazer profundamente, para eu poder colaborar com aquilo tudo a que o senhor não respondeu e lembrar tanto a Justiça Federal do Paraná quanto a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal, tudo por onde o senhor andou. Eu vou estudar o



senhor, para o senhor aprender a respeitar as pessoas aqui na CPI. O senhor pode saber disso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito, Deputado João Gualberto. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu não vou pedir desculpas de nada, até porque eu estou falando a verdade, e para a verdade não se pede desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Eu não dei a palavra a V.Exa.

Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, depois eu uso a fala de Líder. Eu só queria fazer uma pergunta ao nosso depoente: o senhor foi condenado na 6ª Vara Criminal da Justiça de São Paulo, Sr. Raul?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, não vou me manifestar mais.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Além da Distri-Cash, as empresas KLT Agência de Viagens, CRG Serviços, Assessoria de Crédito e Cobranças Ltda. e Mascarenhas Materiais de Construção Ltda. fazem parte do seu grupo de empresas?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou declarar nada, Excelência.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu tive a impressão... Na fala dele, antes de o Sr. Raul Eiras fazer aquela acusação leviana ao nosso Sub-Relator, de que ele estava dizendo que a pessoa que nós estamos chamando aqui é que existiria outro Raul Henrique Sroure. Essa é a sensação que eu tive sobre a fala dele.

Por exemplo, no dia 25 de abril de 2014, o G1 publicou a seguinte matéria:

“(...) A acusação afirma que Rodrigo Henrique Gomes de Oliveira Sroure era o responsável pela parte administrativa-burocrática da empresa, que Rafael Henrique Sroure executava operações e câmbio fraudulentos, que Valmir José de França fazia o



recolhimento, transporte e saque de valores em espécie para os crimes, que Maria Lúcia Ramires Cardena estava envolvida na remessa de informações falsas ao Banco Central, e que Maria Joselina da Costa, e o próprio Raul Sroul lavaram dinheiro na compra de um automóvel de luxo.”

Nós estamos falando da mesma pessoa ou existe um segundo Raul Sroul no Brasil?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, estou seguindo instruções do meu advogado. Eu tenho *habeas corpus* e não vou me manifestar mais. Já falei diversas vezes, me desculpe.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Em depoimento à CPI, no dia 11 de maio, a Sra. Iara Galdino descreveu o seguinte esquema de lavagem de dinheiro — palavras dela:

“A Nelma distribuía a equipe dela como células — era assim que ela classificava. Ela trabalhava sozinha com os clientes, negociando com os clientes. O Luccas Pace cuidava do operacional. E o Lucas tinha a parte que cuidava de bancos, que fazia toda a parte. Ele me orientava todos os dias o meu procedimento: “Você vá até o Banco Santander, fale com o gerente, peça isso, isso, isso e aquilo”. Com o passar do tempo, eu aprendi a fazer aquilo que ele me ensinou. E eu passei a fazer efetivamente. Na questão dos bancos, o Rinaldo, o gerente do Banco do Brasil, ele era um subordinado do Eiras. (...) O gerente do banco era o Eiras, Gerente-Geral Eiras, que era sócio do Raul Sroul, que é o doleiro. O Gerente-Geral do Banco do Brasil Eiras era o sócio do Raul Sroul em uma das empresas que ele mantinha conta, que abriu a Império, a qual eu movimentava a Império, que foi toda feita a abertura da conta através do Eiras.”



São palavras da Sra. Iara Galdino a esta CPI, no dia 11 de maio.

O Sr. Raul Srouer em questão era V.Sa.?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, desculpe-me, eu não vou prestar mais nenhuma declaração.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos. Grande representante de Goiás aqui nesta Casa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O mais votado na história de Goiás. Viemos aqui com um cacife bom, Sr. Presidente, e rápido no gatilho, o senhor sabe disso. Não é para assustar os depoentes, não, mas é apenas para fazer boas perguntas.

Sr. Presidente, considerando a fala de alguns colegas, até algumas falas que não têm muita relação com o que nós estamos tratando hoje aqui, que levaram 10, 11, 15 minutos, eu queria que o senhor tivesse um pouquinho de tolerância.

Eu gostaria de saber do Raul Henrique Srouer se o conteúdo que nós temos hoje no processo que tramita com o Dr. Sérgio Moro, tudo o que foi apurado lá — eu acredito que o senhor e o seu advogado já devem ter conhecimento, esse conteúdo e seu relacionamento... Até peguei aqui algumas informações e o cruzamento de ligações do senhor com a Sra. Nelma, com outras empresas —, se o que consta nessas provas produzidas pela Polícia Federal, se esse conteúdo aqui é verdadeiro.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Excelência, eu tenho convicção de que vou ser absolvido. Não sei os detalhes, mas queria pedir desculpas novamente, mas não posso mais me manifestar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Certo. O senhor cogita fazer uma delação premiada?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou me manifestar, Excelência. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não vai se manifestar? Tranquilo. Eu vou fazer mais... Parece-me que o senhor não quer contribuir com esta CPI, mas eu vou fazer mais uma ou duas perguntas. O senhor teme que o seu filho seja preso, envolvido nas ações dessa Operação Lava-Jato?



O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não vou me manifestar, Excelência. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. O senhor tem algum relacionamento, o senhor é proprietário da Cristal Financial Services, existente nas Ilhas Virgens britânicas? É de propriedade do senhor e de algum outro sócio seu?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não tenho nada a declarar, Excelência.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo. Eu espero que o seu silêncio colabore para que amanhã ou depois a sua condenação na Justiça seja proporcional...

Eu vejo que muita gente chega calada aqui e depois, ao longo do tempo, acaba fazendo a delação premiada, e a condenação não tem sido barata, não. O Dr. Sérgio Moro tem contemplado com muito carinho esses que se calam.

Sr. Presidente Hugo Motta, eu gostaria de fazer um pedido, em meu nome. Eu acho que neste momento é importante trazermos outras pessoas mencionadas, e até há requerimentos aprovados aqui. Então, que V.Exa. agende a vinda do Sr. Paulo Okamoto. Acho que é um momento importante nesta Casa. Eu diria a V.Exa. que, o quanto antes pudesse pautar a vinda dessa pessoa, isso realmente seria muito importante para esta CPI. Mesmo que ele fique calado, eu acho que isso será importante.

E, para finalizar, Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. que nós temos feito um trabalho brilhante aqui, mas existem algumas artimanhas em outras Comissões. Vou dizer a V.Exa. que esta Comissão foi constituída pelo Presidente para trazer, depois, inovações à legislação, avançar com ideias, mas, aqui do lado, a outra Comissão da qual eu participo, de Fiscalização Financeira e Controle — o que é muito justo —, tem avançado em alguns projetos, sob a coordenação do Deputado Vicente Candido e do Deputado Valtenir Pereira. Eles estão querendo mexer no projeto da anticorrupção e trazer de volta todas aquelas 29 empresas afastadas de licitações da PETROBRAS. Eles têm feito audiências e agora vêm com proposta de lei anticorrupção para permitir que essas empresas voltem a contratar com a PETROBRAS.

Então, é uma grande artimanha política, e eu acho que V.Exa. tem que tomar uma providência com o Presidente da Casa, porque ela está se inserindo em



assuntos de competência desta Comissão. Eu acho que esse projeto anticorrupção não pode ser discutido antes do encerramento desta CPI. Eu acho que há interferência na ação da nossa Comissão. Eu acho vergonhoso tentar trazer de volta essas 29 empresas para contratarem com a PETROBRAS. É isso que eu gostaria de deixar bem claro. Há um editorial muito bom: *A PETROBRAS e sua dependência da corrupção*.

Então, eu queria pedir a V.Exa. providências imediatas em relação a essa conduta que vem sendo tomada em outras Comissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., já respondendo.

Nós sabemos que um dos papéis desta CPI é, ao final, a apresentação do parecer do Relator e dos Sub-relatores, com sugestões para que a legislação possa ser aprimorada. Esta Casa já viveu CPIs que conseguiram propor avanços nas leis brasileiras que, sem dúvida alguma, hoje são importantes na construção de uma máquina pública mais eficiente e uma máquina pública mais forte, para não estar vulnerável a processos de corrupção.

Eu falava com o Deputado Luiz Sérgio — e nós queremos poder tratar, agora que a CPI já tem, de certa forma, maturado muitas situações — da criação de um grupo de trabalho com alguns Parlamentares para que possamos, como conversado em visita que fizemos à OAB, ouvir a OAB para melhorarmos a legislação, Lei de Licitações, leis de combate à corrupção; procurar também o próprio Judiciário. Estivemos com o Ministro Celso de Mello, numa conversa bastante positiva, para tratar do avanço dos nossos trabalhos. Hoje estaremos com o Ministro Teori Zavascki, que é o Relator da Operação Lava-Jato. Estaremos na semana que vem com o Ministro Barroso. Ou seja, nós temos procurado abrir negociação e, acima de tudo, fazer pontes que auxiliem, na verdade, à elaboração de um relatório que tenha consistência técnica para podermos avançar na legislação, que é um dos papéis desta Casa propor esses avanços.

Então, queremos poder fazer esse grupo de trabalho. Quero tratar isso com o Relator num outro momento, mas eu já quero anunciar aqui para que essas



sugestões sejam colhidas com esses setores da sociedade que poderão, sem dúvida alguma, incrementar e contribuir positivamente com o nosso trabalho.

Eu quero pedir vênia ao Deputado João Carlos Bacelar, que está inscrito. O Deputado André Moura está sendo chamado ao plenário, ele é Líder de partido. Eu darei a palavra a ele por 3 minutos. Em seguida ao Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente e ao Deputado João Carlos Bacelar, pela deferência.

Sr. Raul, dentre as pessoas interpostas por V.Sa. para praticar atos ilícitos estão os seus dois filhos: Rodrigo e Rafael Srouer. V.Sa. os obrigou a figurarem como sócios nas empresas de fachadas usadas para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro. V.Sa. não se arrepende de ter usado os seus filhos como laranjas?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Segundo notícias, V.Sa. tem um elevado patrimônio. Pagou fiança para poder sair da prisão, alienou residência no valor de 8 milhões de reais. Além disso, é colecionador de obras de arte. Certamente o vosso patrimônio é muito maior. Desvende esse patrimônio para nós aqui da CPI.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. confirma que todos os seus atos foram supervisionados pelo doleiro Alberto Youssef? Ele é o chefe da sua quadrilha? Qual o grau de amizade com Richard Andrew e o suposto chefe da quadrilha de doleiros em foco? V.Sa. era sócio do doleiro Richard Andrew?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. já foi sócio da doleira Nelma Kodama?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Vou me manter em silêncio, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. possui algum bem arrestado, sequestrado, que tenha sido declarado sem perdimento?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Desculpe-me, Excelência, não posso... Não vou me manifestar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Vai ficar em silêncio?

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k., Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado André Moura.

Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, Sr. Presidente, eu acho que nós estamos perdendo tempo aqui de trazer uma figura como o Sr. Raul, para ficar calado. Uma figura lombrosiana como ele deveria estar na cadeia, não aqui.

Então, eu acho que estamos perdendo tempo em ficar perguntando e ele negando aqui as respostas às perguntas que os nossos pares estão fazendo.

Eu quero aqui repudiar as palavras do Deputado Ivan Valente. Primeiro, porque ele está antecipando o julgamento da Procuradoria Geral da República em relação ao Presidente Eduardo Cunha.

O Deputado Ivan Valente precisa perceber que isto daqui é uma Comissão séria, e não um circo político do Rio de Janeiro. Precisamos pensar de maneira macro o Brasil, pensar de maneira macro os problemas da PETROBRAS. Não devemos trazer os problemas pessoais do Rio de Janeiro para esta Comissão. Todas as vezes o Deputado Ivan Valente toca no mesmo ponto. Parece um disco arranhado.

Então, eu queria pedir a V.Exa. que desse um pouco mais de agilidade, porque temos várias pessoas para serem ouvidas aqui.

Quero também aqui, juntamente com o Deputado Altineu Côrtes, do meu partido, que usou o tempo de Liderança, pedir desculpas ao Deputado Antonio Imbassahy, ao Presidente e ao Relator. Eu acho que o Deputado Altineu se excedeu um pouco, até pelo arroubo da juventude. Quero dizer que esta CPI é uma CPI séria, mas precisamos, Sr. Presidente, trazer aqui algumas pessoas que não vieram e que podem colaborar muito com a CPI da PETROBRAS.

O Deputado Altineu Côrtes citou algumas pessoas que já tiveram seus nomes aprovados em requerimentos. Eu queria que V.Exa. desse um pouco mais de agilidade e evitasse aqui pessoas como o Sr. Raul, que não contribuem em nada, pessoas que vêm aqui ofender esta Casa. Uma pessoa que parece mais um



lombrosiano do que um cidadão brasileiro vem para cá para ofender o Parlamento brasileiro.

Então, eu queria pedir aqui a V.Exa. que agilizasse esse requerimento...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Lombrosiano? Desculpe-me, Deputado, lombrosiano é o quê?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Lombrosiano é um termo italiano, da máfia italiana.

Então, eu queria aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu queria aqui, Sr. Presidente, pedir a V.Exa. agilidade no processo. Pediria que trouxéssemos aqui o Sr. Walter Torre, da WTorre Engenharia, que, de forma escusa, na calada da noite, alugou alguns prédios para a PETROBRAS. Ele precisa explicar aqui nesta Comissão como foi feito esse processo licitatório. Os preços praticados no mercado imobiliário do Rio de Janeiro não foram condizentes com esses aluguéis no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sócio do André Esteves.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Ele precisa vir aqui. Esse requerimento da nossa autoria já foi aprovado nesta Comissão há mais de 90 dias. E eu queria, Sr. Presidente, aqui agilizar a vinda do Sr. Walter Torre, para explicar esse desvio na PETROBRAS com referência ao valor dos aluguéis no Estado do Rio de Janeiro.

Então, essas são as minhas palavras. E peço aqui desculpas, como Líder do Partido da República nesta Comissão, pelo arroubo do Deputado Altineu, mas tenho certeza de que ele quis contribuir aqui com a Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, na verdade, eu não vou fazer perguntas, primeiro, porque ele não está respondendo. E aí também eu quero ganhar os 3 minutos.



Eu queria inicialmente cumprimentar o Deputado Altineu. Eu acho que o Deputado Altineu tem feito um grande trabalho aqui nesta Comissão. Na verdade, eu acho que é a única Subcomissão que está funcionando aqui.

Mas, ao mesmo tempo também, Presidente, eu queria fazer um registro do que nós já falamos aqui algumas vezes. Nós estamos saindo do foco dos trabalhos. Isso é um fato. A mídia está aqui, a imprensa está aqui, e todo mundo está vendo isso.

Eu queria inclusive saber quando é que nós vamos ouvir o Paulo Okamoto, quando nós vamos ouvir o Dirceu e quando nós vamos ouvir o Palocci. Temos perdido tempo aqui de uma forma assustadora, ouvindo, por exemplo, pessoas que aqui não comparecem, não falam nada. Eu acho que a contribuição ainda seria menor...

Então, eu quero, essencialmente, fazer também aqui o meu registro, demonstrando o meu repúdio, a minha revolta. Ou colocamos a CPI nos trilhos ou, infelizmente, nós vamos servir de chacota no Brasil. Todo mundo fala, no Brasil, que CPI acaba em *pizza*. E esta aqui, infelizmente, poderá caminhar para o mesmo ritmo, se não tivermos o aproveitamento necessário.

Daqui a 1 mês e meio, praticamente, nós finalizaremos os trabalhos. Eu acho que aquela proposta, feita inicialmente, de as Sub-Relatorias funcionarem de forma paralela seria o grande resultado da Comissão, porque teríamos, por exemplo, o aprofundamento dos trabalhos do Deputado Altineu e dos demais outros Sub-Relatores que não estão intensificando, por exemplo, as suas ações.

Então, eu queria fazer este registro e pedir a V.Exa., como Presidente desta Comissão... Quero dizer que eu tenho um respeito gigante por V.Exa. V.Exa. é uma pessoa que sempre, inclusive, tem sido muito cortês aqui conosco nos trabalhos da Comissão, mas, infelizmente, a CPI não está focada. Infelizmente, a CPI não tem efetivamente focado no seu objeto principal. Nós estamos basicamente há 15, 20 dias remando num marasmo nesta Comissão. Portanto, eu queria também deixar este meu registro e finalizar, Presidente, dizendo que a pauta da CPI tem sido um engodo, porque, quando V.Exa. apresenta uma pauta à Comissão, V.Exa. tem que ter, no mínimo, notificado.



Nós temos, por exemplo, aqui quatro pessoas que foram convidadas. Das quatro pessoas que foram convidadas, duas não vieram. As informações que nós obtivemos são a de que não foram localizadas. Então, se não houve notificação, não tem porque entrar na pauta na CPI. Eu acho que a pauta é fruto de uma notificação. Se ele foi notificado, ele tem que vir. Se não vier, faz-se a condução coercitiva, como, inclusive, V.Exa. em algum outro momento fez. Então, eu acho que isso aqui é um erro. Eu não sei de quem é. Tem que ser corrigido, porque senão acontece o que está acontecendo aqui hoje. Pensamos que são quatro, mas são dois, que não falam, acabam não falando nada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

As justificativas técnicas foram feitas no início da reunião pelo Presidente, Deputado Antonio Imbassahy. Posso encaminhar a V.Exa. o porquê de essas pessoas não estarem aqui presentes. Uma, eu sei que é...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, falaram-me que foi porque não foram notificadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Um foi notificado. Ele apenas... Os dois foram notificados. Deixa eu ler aqui novamente para a Deputada Eliziane, por favor, para que não haja nenhum tipo de...

Ofício do Dr. Dr. José Carlos Dias, advogado e representante do Sr. Marco Ernest Matalon, justificando a ausência do depoente na reunião de hoje, em razão do seu estado precário de saúde, conforme consta do relatório médico que instrui o requerimento. Considera ainda estar o depoente com 85 anos de idade, não sendo recomendável viajar de avião, pelo que se dispõe a prestar qualquer esclarecimento em São Paulo ou em outra oportunidade, se sua saúde permitir, ou mesmo por escrito. Este foi o primeiro.

Mensagem eletrônica do Dr. Sérgio Salgado Ivahy Badaró, advogado do convocado Sr. Paulo Pires de Almeida, informando a impossibilidade de seu cliente comparecer à audiência designada para a data de hoje, por encontrar-se por oportunidade da intimação em local distante e de difícil locomoção. Requer nova designação da audiência, dispondo-se ao comparecimento perante a CPI.



Nós vamos designar novas datas não só para esses, como para os outros também que não compareceram em outra oportunidade.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, antes de o Deputado Marun falar, eu vou aconselhar a Deputada Eliziane a ir à reunião do STF hoje para entender as limitações e os alcances de uma CPI, do ponto de vista da legislação, para não ficar fazendo acusação leviana aqui. Diz uma frase para ganhar mídia. Aqui é trabalho. Nós estamos aqui para trabalhar, não é para ficar fazendo frase de efeito.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, ele citou o meu nome. Eu quero dizer ao Deputado Pansera que às vezes nós perdemos a oportunidade de ficar calado. Quero dizer ao Deputado que eu sei, perfeitamente, a legislação de uma CPI. Eu fui Deputada Estadual, presidi várias CPIs e fui Relatora de várias CPIs. Eu sei perfeitamente o que é e sei exatamente por que, inclusive, nós estamos nesta situação.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - V.Exa. está meio desestabilizada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Antes de mais nada, Sr. Presidente, eu peço permissão para fazer um esclarecimento, que não seja este o meu tempo descontado, até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - É sobre o tema lombrosiano, ao qual o Deputado Bacelar se referiu ao depoente.

Cesare Lombroso foi um criminalista italiano que definiu, há mais de 100 anos, baseado na sua larga experiência, características da face daquelas pessoas que ele considerava criminosas. Então, a pessoa que tivesse um nariz um pouco maior, a orelha menor, o olho de um jeito, o queixo... Ele definia isso baseado na face. Ele pensava poder definir, diferenciar pela expressão facial o criminoso do inocente.



Então, quando ele se refere ao depoente como lombrosiano, ele entende que, segundo essas definições de Lombroso, existem na face do depoente algumas características faciais que o fariam um eventual criminoso. Indo a uma linguagem mais comum, seria como dizer que o depoente tem cara de bandido. Isso que ele quis dizer quando se referiu ao termo lombrosiano. A pessoa tem cara de bandido, não estou dizendo que seja! Por isso que foi usado o termo lombrosiano.

Agora, eu gostaria que o meu tempo passasse a ser colocado. Tendo em vista a legal, mas triste e imoral decisão do depoente de não falar, eu não vou perguntar.

Quero, então, fazer algumas considerações a respeito do processo que nós estamos vivendo, a partir da decisão já alardeada da PGR de denunciar o Presidente Eduardo Cunha.

Quero colocar que eu vejo neste processo uma sequência de coincidências que devem preocupar a Casa. Quais são essas coincidências? Está sendo denunciado o Eduardo em cima de uma questão de um arrendamento de navio-sonda, em primeiro lugar. Cadê Pasadena, que há 2 anos está em cima da mesa, e ninguém está sendo denunciado em função disso, pelo menos no meio político? Cadê Abreu Lima? Quando surgiram as denúncias, parece-me que nas delações premiadas o delator Youssef se referiu ao nosso Presidente Eduardo Cunha, mas se referiu à Presidente Dilma também, referiu-se ao Presidente Lula, referiu-se a uma série de outras pessoas. Tanto houve o entendimento — e eu fazia parte dos que tinham esse entendimento — de que, no momento em que foram solicitadas aquelas investigações, não havia motivo nem para o Eduardo sequer ser investigado, o Presidente Eduardo. Já que era um depoimento do Youssef, pela mesma coerência, várias outras pessoas de altos escalões da República deveriam ser investigadas.

Pois bem, passado esse processo, na véspera de um pronunciamento do Presidente Eduardo, em cadeia nacional, para falar do bom trabalho realizado — S.Exa. entende dessa forma e eu também —, às vésperas desse pronunciamento, o delator Júlio Camargo muda, depois de 1 ano quase, o seu depoimento e envolve o Presidente, há questão de 30 dias, há questão de 30 dias. Existem delações de 1 ano que não estão resultando em denúncia. Há 30 dias o Júlio Camargo, delator Júlio Camargo, muda o seu pronunciamento na véspera desse depoimento!



Agora, hoje, é sabido que algumas manifestações estão acontecendo no País, de apoio ao Governo e à Presidente, e que também trazem o “*Fora Cunha*” nesse bojo. Pois na véspera — ainda sem ter a denúncia pronta, tanto que não foi feita —, cerca de 12 horas, na véspera dessas manifestações, vaza a informação de que naquele dia seria denunciado o nosso Presidente, sendo que o *Jornal Nacional* ficou — parece que até adiou — atrasando a novela, esperando a denúncia para dar em primeira mão essa questão, o que não aconteceu.

Essa série de denúncias nos preocupa. Nós sabemos que após a eleição, em que o Presidente concorreu com eminentes Parlamentares desta Casa — Deputado Júlio, Deputado Arlindo, inclusive com o Deputado Chico Alencar — e obteve no primeiro turno mais de 50% dos votos, S.Exa. estabeleceu, sim, uma independência desta Casa, desagradando o Governo, que era acostumado a mandar na Câmara dos Deputados.

Esta é a realidade. Parece que o Eduardo, que estava lá atrás, que mal tinha sido citado, ultrapassou todo mundo e foi o primeiro a ser denunciado. É como se um carro de Fórmula 1 que ficasse no boxe, sem pneu, passasse na frente de todo mundo.

Então, isso me preocupa muito, até porque atinge a Presidência da Câmara dos Deputados, atinge a Casa. E eu peço até àqueles Deputados que fazem oposição ao Presidente, que não gostam do Presidente, que discordam, que contestam, que tenham serenidade ao tratar desse assunto. Tenhamos todos serenidade ao tratar desse assunto.

E digo mais: existem órgãos, Presidente, que têm que ser que nem a mulher de César. “*À mulher de César não basta ser honesta, tem de parecer honesta.*” E essas coincidências começam a trazer uma preocupação para o processo. Começam a trazer — não para mim —, para muita gente a dúvida. Por que essa corrida em relação ao Presidente Eduardo, se tanta gente já estava muito à frente dele nesse processo, e não está sendo agora lembrada?

Eu peço isto: serenidade desta Casa, de todos nós, inclusive daqueles que são adversários locais, nacionais, do Presidente, porque é disso que o País precisa neste momento. E nós sabemos que um eventual enfraquecimento do Presidente pode ser bom para muita gente, mas não é bom para o Parlamento brasileiro.



São essas as minhas considerações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, tenho só uma indagação. V.Exa. anunciou a nossa ida a Curitiba no dia 31 e que vai remarcar também a oitiva desses que faltaram hoje. Eu indago a V.Exa. a questão que foi colocada pelo Deputado Waldir, que eu tinha feito na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que V.Exa. me indagou...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. já marcou? Poderia marcar o do Paulo Okamoto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que eu disse a V.Exa., e eu vou repetir aqui, é que nós temos que cumprir o cronograma que foi feito, preestabelecido, marcado, e não cumprido. Não por desejo nosso de não cumpri-lo, mas por forças maiores que nós temos aqui que obedecer, como por exemplo, decisões judiciais que impediram, por exemplo, a realização de acareações, que acabaram atrasando o cronograma da CPI. Então eu quero vencer essas etapas para podermos entrar nesses requerimentos, não só no do Paulo Okamoto, como em diversos outros que o Deputado Ivan tem colocado e tal. A CPI vai seguir o seu rumo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É que alguns fatos relevantes aconteceram, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou muito tranquilo e eu garanto a V.Exa. que darei a resposta a V.Exa. Iremos evoluir para a marcação dessa data e combinaremos, sem dúvida alguma, uma reunião interna sobre como iremos proceder com o cronograma a ser feito depois da ida a Curitiba.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há previsão dessa reunião interna já?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim. Nós podemos fazê-la na semana que vem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Imbassahy, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu queria indagar ao Sr. Raul, até porque, Sr. Presidente,



no início da apresentação do Sr. Raul, ele foi categórico ao afirmar que não tem nenhuma relação com a investigação da Operação Lava-Jato. Então eu gostaria que o Sr. Raul pudesse confirmar essa assertiva.

O SR. RAUL HENRIQUE SROUR - Não, não tenho, Excelência. Não tenho.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem, Sr. Presidente, eu quero agora ler — é importante isso, Deputado Pansera — aqui um trecho da medida cautelar no *habeas corpus* proferido pelo Ministro Fux, a pedido dele, e assinado pelo advogado aqui presente, Bruno Augusto Vigo Milanez, que diz: “...foi investigado por força da denominada Operação Casablanca, um dos braços da Operação Lava-Jato”. Então é o próprio advogado que diz isso ao Ministro. Portanto, tudo leva a crer que essa instrução é uma instrução falsa. O advogado do Sr. Raul está argumentando com uma falsa informação, porque o próprio Sr. Raul diz que isso não é verdade.

Então queria pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que se reportasse ao Ministro Fux com o registro de que o advogado do Sr. Raul faltou com a verdade na sua argumentação para o pedido do *habeas corpus*. Isso é muito importante para o exercício decente da advocacia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Júlio Delgado, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, primeiro, eu quero fazer coro às palavras da Deputada Eliziane, que não está presente neste momento — parece que ela está falando, mas não está presente no momento. Ela fala da preocupação com o andamento da CPI. Eu acho que V.Exa., ao vir aqui fazer o reconhecimento de que faremos uma reunião reservada — e agora eu falo publicamente —, está fazendo um esforço hercúleo. E falo aqui verdadeiramente sobre o andamento da CPI, sobre o prosseguimento dos trabalhos. É claro, o esvaziamento da própria CPI. Hoje eu passei mais cedo aqui para ver... E nem na porta estava pregado o papel. Eu fiquei procurando a CPI, mas não a achei, aí eu voltei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Porque estava no painel digital.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não estava pregado não, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, estava no painel digital.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque não tinha começado. Eu passei aqui, e V.Exa. não estava aqui, não tinha Relator, não tinha começado a reunião. Eu falei assim: “*Não vai ter a reunião?*” Fiquei sabendo posteriormente que haveria reunião.

Aqui, por exemplo, dado ao denodo e até porque interessa à causa do Deputado Altineu — ele está saindo ali, mas quero falar isso... O Deputado Altineu é o único Sub-Relator que continua acompanhando as reuniões. Os outros Sub-relatores foram retirados daqui para fazer função em outras CPIs e não acompanham mais a CPI. Não sei inclusive o depoimento daqueles que foram...

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Deputado Júlio, V.Exa. me permite um aparte, só para esclarecer? O Deputado Bruno Covas, que também é Relator, tem estado presente permanentemente. Ontem e hoje estava até com um problema de doença e não pôde comparecer, só um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Peço desculpas, então, só essa referência ao Bruno.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu posso falar com relação ao Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu quero dizer, por exemplo, que até hoje nós não ouvimos nenhum daqueles requerimentos aprovados pelo Sub-Relator André Moura, que hoje é Sub-Relator em outra CPI — nenhum daqueles em que foram convidados os representantes legais... Volto a falar disso aqui novamente. E eu fico muito feliz porque o Deputado Marun falou antes de eu falar. Graças a Deus que quem hoje falou aqui foi o Ivan, que não foi candidato à Presidência, porque o fato de eu ter disputado a Presidência me impede... Mas, como o Deputado Marun falou, isso me deu liberdade, mais uma vez, de vir aqui e dizer: “*Nós temos dar dinâmica a esta CPI. Já há demonstração de que esta CPI está indo por água abaixo*”. O seu esforço, Deputado Altineu, tem sido contundente nesse sentido, contundente. Está apurando porque o assunto interessa ao seu povo, à sua comunidade, porque atinge os seus companheiros trabalhadores do Rio.

Agora aqui voltamos ao assunto, mais uma vez. Nós lutamos aqui sobre a questão dos investigados da Kroll — sempre falo isso aqui, eu não quero mais



repetir... Se o Deputado Marun está tão preocupado com a questão dos delatores, das denúncias e tudo mais, é só pedir a quebra da delação. É muito tranquilo isso, mais do que a defesa. Não tenha dúvida de que eu estou esperando — e já pedi licença à CPI... Se o Sr. Ricardo Pessoa estiver mentindo sobre a minha pessoa, eu vou pedir a quebra da delação dele. Vou pedir, porque eu sei que ele está mentindo, porque eu tenho as provas e tudo... Por isso que pedi licença a todos vocês para ficar aqui até o dia do seu depoimento.

Então, com relação a isso, quem tem uma defesa como a do Deputado Bacelar e a do Deputado Marun não precisa de quem o acuse mais não! Quem foi repetir a frase do Senador Ciro Gomes cinco vezes no plenário na quarta-feira, chamando o Presidente, não fui eu não, foi o Deputado ligado a ele.

O Deputado Marun aqui pede a palavra, começa a depor sobre as características físicas do depoente. Não tem nenhum questionamento a fazer a ele, porque não o conheço... Acho que nós temos tergiversação aqui com relação a alguns convidados. O Deputado Bacelar, mais uma vez, chama um depoente que não tem nada a ver com a apuração da CPI.

Nós estamos aqui pedindo para ouvir o Júlio Camargo, para ouvir o Jayme Careca, para ouvir aqueles que têm relacionamento, para fazer as acareações que eu sei que V.Exa. está tentando, para poder tornar viva esta CPI.

Agora, desculpa, com todo respeito, ativos ao Sub-Relator, pode ver aqui, Deputado: Sr. Paulo Pires, Sr. Raul, Sr. Fernando, todos convocados pelo Sub-Relator. E está aqui, trabalhando! Aí vêm os Deputados que... Agora, com foco no objetivo para o qual esta CPI foi criada, nós já temos algumas semanas que não aprofundamos. E isso tem demonstrado o esvaziamento, que fica claro na presença dos colegas Deputados, na dificuldade dessa investigação, no acompanhamento pela imprensa. Todos eles falam isso. Hoje quem quer vitrine não vem mais para CPI, não, Deputado Hugo. Quem quer vitrine vai para as outras CPIs, recém-criadas. Esta aqui tem que se justificar, e eu quero colaborar para que ela se justifique. Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como a CPI é um instrumento de investigação e não é uma loja para ter vitrine, eu estou muito tranquilo com relação a isso. Então, nós vamos seguir o nosso foco, Deputado Júlio Delgado.



Quando coincidir com a vitrine que a imprensa tem, tudo bem; quando não coincidir, paciência, a investigação segue. Nós não podemos funcionar pelas manchetes dos jornais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não disse isso, Sr. Presidente. Eu disse isso, Sr. Presidente. Eu disse que nós estamos fugindo do nosso foco. Até hoje V.Exa. não deu explicação aqui por que a Kroll não quis renovar o contrato conosco. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Júlio, eu expliquei a V.Exa., internamente. Reluto para não entrar em discussões desnecessárias, que não contribuem, mas V.Exa. talvez seja um dos poucos que podem cobrar explicações aqui, porque esta CPI ela foi muito condescendente e, acima de tudo, complacente com a situação de V.Exa., que era membro da CPMI da PETROBRAS, à época, no Senado, e mesmo assim não se furtou em ir pedir doação a uma empresa que V.Exa. estava investigando. Em nenhum momento eu coloquei isso aqui. Estou colocando porque V.Exa. recorrentemente vem colocando as coisas, vem agredindo, vem, de certa forma — acredito, de maneira incorreta não só comigo, mas com os seus pares —, colocando esse tipo de situação, que eu acredito que não contribui. Em nenhum momento nós partimos para questionar aquilo que V.Exa. tem colocado, mas nós ficamos em uma situação em que, muitas vezes, ou eu falo ou só a verdade de V.Exa. prevalece.

Então, como Presidente, não posso admitir que essas coisas sejam colocadas. Eu acho que V.Exa. não tem a necessidade, neste momento, de estar colocando esse tipo de situação. Eu já pude explicar aqui que a CPI vai seguir o seu foco, que as acareações serão feitas, que nós vamos a Curitiba, ou seja, mostrando o esforço que nós temos feito. As explicações com relação à Kroll foram tratadas em reunião reservada, com mais de 20 Parlamentares. Eu procurei colocar, revelei os nomes, entreguei o relatório, deixei tudo à disposição de maneira transparente. Eu tenho aqui, na verdade, o conforto de vir a esta CPI com a cabeça erguida, como entrei no primeiro dia e pretendo sair ao término dos nossos trabalhos.

Agora, eu não posso aqui ficar aceitando esse tipo de colocação que agride não só a mim, como agride os companheiros. Então, eu peço a V.Exa. que seja mais sereno, mais respeitoso com os seus colegas quando V.Exa. começa a colocar esse



tipo de situação. E toda semana V.Exa. levanta uma ilação aqui! Toda semana V.Exa. traz um assunto novo. Toda semana V.Exa. fica, recorrentemente, agredindo os seus companheiros de trabalho.

Então, eu quero aqui, na verdade, refutar essas colocações. Quero dizer que as vejo como desnecessárias. E quero dizer a V.Exa. que, se necessário o campo dos debates, eu acredito que V.Exa. é dos poucos aqui que não pode cobrar explicação, e, sim, deve explicação à CPI e ao Brasil.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu vou dar todas as explicações. Quem está querendo vitrine aqui não sou eu, não, parece que é V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não preciso de vitrine, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque, da mesma forma que V.Exa. foi acusado pela Procuradoria também por ter utilizado aqui, eu não cobre isso de V.Exa., porque não tem a ver com CPI. E V.Exa. sabe que eu fui como Presidente do partido... E eu não fui pedir, fui pedir para o partido, e todos aqui foram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, V.Exa. explique para a Justiça, não é para mim, não!

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, eu vou explicar ao Dr. Ricardo. Eu quero que V.Exa. traga-o aqui. Eu estou pedindo para V.Exa. trazê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu irei trazer, não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Já pedi a V.Exa. uma reunião reservada. Por que V.Exa. não fala disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenha dúvida, como trouxe todos os outros presidentes de empresa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. acha que eu não estou tranquilo com a minha defesa, Sr. Presidente? Agora, na sua acusação, V.Exa. vem falar disso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, quem tem que avaliar a sua defesa é V.Exa., não sou eu. Eu não estou nem acusando-o nem defendendo-o.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Fique tranquilo. Eu estou muito tranquilo. Agora, eu não estou lhe acusando. Não faça a defesa atacando, Sr.



Presidente. Não faça a sua defesa atacando. E eu não ofendo nenhum Parlamentar fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tranquilo estou eu.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estou muito tranquilo também com relação a tudo a que V.Exa. trouxe aqui. Agora, faça o favor, então, com relação a isso, como Presidente: traga as pessoas que a CPI tem interesse em indagar; traga o Julio Camargo, traga o Jaime Careca, traga aqui o Sr. Fernando Baiano, traga aqui o Funaro. E vamos trazer aqui o Ricardo Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Fernando Baiano nós já ouvimos.

Eu já disse: a pauta da CPI não vai ser instrumento de prazer do Deputado Ivan Valente nem de V.Exa.; a pauta da CPI será um instrumento de investigação.

O Deputado Luiz Sérgio está com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós já o ouvimos, V.Exa. estava lá, e o Deputado Júlio Delgado também.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu também estava lá.

Sr. Presidente, há mais Deputados inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O calor das emoções traz algumas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quanto ao Fernando Baiano, tem novas emoções agora. Entendeu?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tem mais...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tem mais, não; tem novas emoções. Aliás, a Kroll não investigou o Fernando Baiano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem mais um depoente.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Depois das palavras do Relator, quero falar pela Liderança do PMDB, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O.k.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Causa estranheza que muitas das falas tenham acentuado que estamos ouvindo “peixe pequeno” e não “peixe grande”, que não estaríamos no foco.

Nós estamos aqui com uma pessoa, o Sr. Raul Henrique Srour, que esteve envolvido em todos os escândalos que esta Casa já investigou. Na CPI do BANESTADO, ele aparece como sendo proprietário de uma conta em nome da Chello Sociedad Anónima, em Nova York, que movimentou 224 milhões de dólares! Mas é “peixe pequeno” e tal...

Na CPI dos Bingos, num depoimento do Sr. Antonio Oliveira Claramunt, ele diz: *“Apareceu agora uma operação de quatro quilos de ouro, ou quatro milhões de ouro, que envolve cento e trinta, que pertencem ao Sr. Naum Turner, que dividiu a cela comigo e vai pagar de bode expiatório. Mas a conta que alimentou foi a Dieese ou uma das contas do Sr. Richard Otterloo com o Srour, que são sócios da Birigui, no Shopping Iguatemi, e nas outras lojas que eles possuem”*.

Lá em Curitiba, a Sra. Nelma Kodama e a Iara se referiram muito a esse senhor que está aqui. E o próprio Altineu, na sua fala, disse: *“Apresentei o requerimento porque, quando terminou a audiência, numa conversa que nós tivemos ainda no hotel em que estávamos hospedados, chegamos à conclusão de que se precisava ouvir o Sr. Henrique Srour”*. Ele disse que assinaria os requerimentos, e ele aqui mesmo falou: *“Mas os requerimentos foram frutos desse diálogo”*.

Agora, tudo o que aparece que envolve a possibilidade de uma denúncia contra políticos gera sempre muito interesse, o que é natural. Pois o Sr. Henrique Srour aparece também no escândalo chamado “Swiss Leaks” e das contas do HSBC em Genebra, na Suíça, para o qual o Senador do PSOL pediu uma CPI no Senado. E ele aparece sendo proprietário de uma conta em nome de Cristal, que teria recebido recursos da Siemens, que movimentou 7 milhões de dólares, e o destinatário desses recursos seriam agentes políticos brasileiros.

Seria bom que ele pudesse dizer quem são esses agentes políticos brasileiros para os quais ele movimentou 7 milhões de dólares, para beneficiá-los.

Nós estamos aqui diante de uma pessoa que esteve intrinsecamente ligado a todas as operações de fraude, a todas as operações criminosas em que a Polícia Federal, o Ministério Público e o Parlamento brasileiro estiveram investigando.



Então, mais do que justificada é a sua presença. Nós não estamos falando aqui com um pequeno ou com um “peixe menor”; nós estamos falando com um barão do gerenciamento criminoso da movimentação de recursos ilegais no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais inscritos para questionar o Sr. Raul Srour, S.Sa. está dispensado.

Já convido o próximo depoente da manhã de hoje, o Sr. Fernando Francisco Brochado Heller, a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, depois eu quero a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já a tem, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. pedisse a retomada do controle do plenário, pois há uma quermesse aqui atrás.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu já falei outra vez aqui que “enquanto os cães ladram a caravana passa”. Eu estou aqui hoje, apesar da minha voz, porque senão iriam dizer que o PMDB está esvaziando a CPI, como já falaram aqui, terça-feira, quando eu falei que nós, de fato, escalamos dois quadros políticos nossos, o Deputado Darcísio Perondi, para a CPI do Fundos de Pensão, e o Deputado Edio Lopes, para a CPI do BNDES, porque são companheiros que gostam desse tipo de trabalho. Portanto, nós os substituímos nesta CPI.

Enquanto as pessoas ficam preocupadas com a vitrine, eu quero dizer aos queridos Deputados que nós vamos a Curitiba fazer a acareação dos Srs. Alberto Youssef, Nelma Kodama...

Eu queria só pedir para o pessoal ouvir, como eu ouvi os senhores, porque a minha voz está bem prejudicada.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Nós vamos fazer acareação entre Alberto Youssef, Nelma Kodama e Lara Galdino; bem como acareação entre os Srs.



Alberto Yousseff e Paulo Roberto Costa, diligências que são frutos de um requerimento apresentado por mim a esta CPI e já aprovado.

Enquanto os Deputados estão nessa quermesse aqui atrás e dizem que a CPI não está trabalhando, eu me preocupei, Sr. Presidente, em ir até a secretaria para ver quais são os presos que estão lá na 13ª e o que nós precisamos fazer ainda para organizar a nossa ida a Curitiba.

Por exemplo: está preso lá o Sr. João Antônio Bernardes Filho, e temos requerimento do Sr. João Carlos Bacelar já aprovado para o ouvirmos; está preso lá o Sr. Otávio Marques de Azevedo, com requerimento aprovado dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Izalci, Ivan Valente e Aluisio Mendes; está preso lá o Sr. Márcio Faria da Silva, com requerimento do Deputado Ivan Valente, que ainda não foi deliberado; está preso lá o Sr. Marcelo Bahia Odebrecht, com requerimentos dos Deputados Ivan Valente e Aluisio Mendes já aprovados; está preso lá o Sr. Rogério Santos de Araújo, com requerimento dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir também aprovados.

Há requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni aprovado e também do Deputado Ivan Valente.

Está preso lá o Sr. César Ramos Rocha, com requerimento do Deputado Ivan Valente, que ainda não foi deliberado; está preso lá o Sr. Alexandrino de Sales Ramos de Alencar, com requerimento do Deputado Ivan Valente, que ainda não foi deliberado; está preso lá o Sr. Jorge Luiz Zelada, com requerimentos dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci aprovados.

Os requerimentos dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho foram aprovados; um outro do Deputado Ivan Valente ainda não foi deliberado, mas, de qualquer maneira, vai ser considerado aprovado, porque entra em função do tema.

Além desses, está preso lá também o Sr. José Dirceu, com requerimento dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, que não foi deliberado. Há requerimentos da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues não deliberados. Por fim, lá está preso o Sr. Elton Negrão de Azevedo, para cuja oitiva ainda não tem requerimento.

Então, eu acho, Deputados, que nós temos que nos atentar à pauta e trabalhar para que a CPI funcione, fazer as ações legais e burocráticas, aquelas que



não dão mídia, mas necessárias para que a CPI consiga realizar o seu trabalho, como eu estou fazendo. Na medida em que se anunciou a ida a Curitiba, eu já me preocupei em ver o que está feito e o que falta fazer, para preparar embasamento legal da ida desta CPI para lá.

Então é assim, Presidente Hugo, que nós estamos tocando a CPI, com uma maioria que vem se preocupando, de fato, em se reunir, mesmo fora daqui e informalmente, para se ocupar com as estratégias, com os próximos passos, porque o que nós queremos é que esta CPI tenha um relatório consistente ao final do funcionamento dela. E o cronograma apresentado pelo Deputado Hugo Motta já nos indica isso.

Ademais, Deputado Júlio Delgado, eu acho que a vinda do Ricardo Pessoa para cá tem que ser, a partir do momento que se homologar e tornar pública a delação dele, para que nós possamos, de fato, fazer uma oitiva que seja produtiva, assim como a do Sr. Júlio Camargo, que já tem aprovado requerimento do Deputado Ivan Valente. Assim que tornar pública a delação premiada dele, vamos trazê-lo para cá. Se estivessem presos em Curitiba, nós iríamos ouvi-los lá, e eles diriam que não iriam falar para não prejudicar o acordo que fizeram junto ao Juiz Moro.

Então, a dinâmica do trabalho tem que ser aquela com a qual se produz. Nós estivemos com o decano do STF, na sexta-feira, e ele nos explicou todas as implicações legais que levam, eventualmente, à concessão de *habeas corpus* para testemunhas ou acusados, cujas convocações nós viemos a aprovar aqui na CPI. E essas testemunhas ou acusados, com todo o seu direito legal, entram no STF e conseguem os seus *habeas corpus*. Então a conversa com o decano Ministro Celso de Mello teve esse ganho de qualidade, do ponto de vista da análise das leis, dos limites e dos alcances que esta CPI tem. Da mesma forma como será hoje a conversa com o Ministro Teori Zavascki, que é Relator, entre outros, do *habeas corpus* da não vinda do Barusco aqui. Esta é uma das pautas que nós iremos tratar hoje lá: como fazemos para CPI ter uma ação legal, junto ao STF, reconhecendo o poder do STF de forma a que libere o Sr. Barusco para vir aqui fazer as acareações já aprovadas.



Então, esse é o trabalho da CPI que nós temos conduzido pacientemente, ao longo desses 6 meses. Vamos chegar a 8 meses e, se necessário, vamos além, mas nós vamos continuar trabalhando.

E quanto àqueles Deputados que porventura tiverem inquéritos abertos pelo Ministério Público no STF, na medida em que houver condenação, com certeza, o Conselho de Ética desta Casa vai saber fazer o seu papel, e o Plenário da Casa também. Nós estamos aqui trabalhando em cima daquilo que, de fato, tem uma estratégia que rende e que a legislação nos permite avançar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Sr. Fernando Francisco Brochado Heller, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais. Informo, entretanto, a V.Sa. que a sua colaboração para elucidação dos fatos, certamente, terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Eu darei a palavra a V.Sa. por até 20 minutos, para as suas saudações iniciais.

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de externar o meu respeito pelo trabalho desenvolvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem desenvolvido uma árdua missão ao longo dos últimos meses. De outro lado, devo destacar que, desde de março de 2014, há inquérito policial instaurado pelo Juízo Federal de Curitiba, de nº 610/2014, no qual ostento a condição de investigado em razão de ser titular da TOV, investigação esta para a qual o declarante sempre se colocou à disposição e já foram prestados todos os esclarecimentos pertinentes e documentos necessários para a elucidação dos fatos. Tais informações e documentos, no entanto, dada a sua natureza, estão acobertados pelo sigilo, ao qual o declarante se obriga a respeitar. Isto sem dizer de investigações correlatas que sequer este convocado teve acesso também em razão do sigilo das diligências ainda em curso. Dessa forma, sem qualquer intenção de afrontar ou desrespeitar os trabalhos desta Casa, o qual, mais uma vez, exalto, mas considerando a posição de investigado e



do sigilo que recai sobre os documentos já entranhados aos autos do inquérito policial e poderão, caso haja interesse por parte de V.Exas., ser solicitados ao douto Juízo Federal de Curitiba, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, exercerei o meu direito constitucional ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator, para fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O relatório de análise de dados bancários elaborado pelo Núcleo de Inteligência Financeira do Ministério Público Federal, a pedido da força-tarefa da Operação Lava-Jato, revelou que a TOV, corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários, sediada em São Paulo, foi destinatária de pelo menos 283 milhões, repassados por operadoras e empresas investigadas por suspeita de vínculo com o esquema criminoso de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, com o uso de *offshore*, que, segundo a Polícia Federal, era comandado pelo doleiro Alberto Youssef e por Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da PETROBRAS. Os dois são alvo das principais investigações em curso.

A investigação da Lava-Jato afirma que a TOV, de propriedade de Fernando Heller, operava para Nelma Kodama, doleira que está presa e responde pela prática de crime financeiro e por formar organização criminosa. A doleira seria a líder de um dos quatro principais grupos de doleiros que davam suporte ao esquema paralelo de Youssef, segundo a Polícia Federal. A acusação do Ministério Público Federal confere a Nelma a responsabilidade pela remessa de mais de 100 milhões de dólares ao exterior por meio de importações fictícias.

Diante de tantas evidências e de tantos fatos da operadora que V.Sa. comandava, montantes na ordem de 283 milhões de dólares, ou da Nelma, que chegou a enviar para fora do País mais de 100 milhões de dólares por meio de importações fictícias, o que o senhor tem a dizer sobre esses fatos?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Mais uma vez, ressaltando o meu respeito a esta Comissão, como já disse, exercerei meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Num dos depoimentos em Curitiba, a Sra. Nelma Kodama diz: *"Heller é o primeiro nome. Ele é o Presidente da TOV, na época, ele era o Presidente da TOV. Eu sei muito... Tenho convicção disso, porque o Lucas*



fez uma reunião com o Sr. Heller, para que... porque estava dando muito problema nas empresas. Então, ele próprio, segundo ele, falou diretamente com o Sr. Heller, e a empresa TOV parece que teve um grande problema numa das unidades dele, em Ribeirão Preto, o qual foi... cobriram isso". Ou seja, no centro da fala da Sra. Nelma Kodama, que está presa, condenada a 18 anos de prisão pela responsabilidade da remessa de mais de 100 milhões de dólares por importações fictícias, ela acusa diretamente V.Sa. de ser o braço dessas operações. O que V.Sa. tem a afirmar sobre esses fatos?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Mais uma vez, ressaltando o meu respeito por esta Comissão, exercerei o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Numa das perguntas do Deputado Imbassahy, Vice-Presidente desta Comissão, a Sra. Iara Galdino respondeu... Eu nem vou ler tudo, porque é grande. Mas aqui ela afirma: *"Ela é cadastrada junto ao Banco Central, que é responsável por fiscalizar a TOV, que trabalha legalmente e continua operando legalmente, haja vista que o Carlos, que é operador da TOV, fechou 30 milhões e está na rua. Eu tenho como falar que ele fechou 30 milhões. Por quê? Porque, quando eu mesma comecei a investigar as passagens que tinha pela minha empresa, vinham todos de um lastro das empresas de Carlos Dias, que está no nome da mulher dele, da qual ele é procurador. Então, são 3 empresas das quais ele é procurador que passaram 30 milhões. Ele fechou 30 milhões pela EQMED. Ele é operador de uma corretora que é filiada ao Banco Central. Ele ganhava de mim comissão. Eu pagava comissão para ele fazer 2 ou 3 fechamentos, 100 mil. Então, é surreal. E continua operando".* Ou seja, a Iara, na sua fala, afirma que está presa, condenada, mas que a operadora de V.Sa. continuaria operando e cometendo os mesmos crimes. O que V.Sa. tem a dizer sobre esses fatos?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Mais uma vez, ressaltando o meu respeito a esta Comissão, como já disse, exercerei meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu vou dar prosseguimento e lamentar, porque em todos os depoimentos que nós ouvimos, a TOV Corretora de Câmbio é acusada, no processo, pela Polícia Federal de ter sido



um dos braços de Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa para o envio de recursos ao exterior. Então, não é uma pessoa secundária nesse esquema. É um operador de primeira linha de toda essa operação criminosa. Vem a esta CPI e opta pelo seu direito constitucional de não contribuir, de não colaborar, de ficar em silêncio. Apenas quero evidenciar que ele não é, como alguns Parlamentares aqui disseram, uma pessoa secundária ao esquema criminoso que nós estamos a investigar.

Fechar as janelas das corretoras para que elas continuem sendo um braço do crime organizado eu entendo ser um dos papéis muito importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Luiz Sérgio, Srs. Deputados, estou sendo comunicado de que está acontecendo agora uma votação nominal. Então, queria sugerir, se todos assim acolherem, suspender a sessão durante 10 minutos para que nós possamos comparecer ao plenário, cumprir com as nossas obrigações, fazer o voto e, em seguida, retornar para dar seguimento a esta sessão. *(Pausa.)*

Então assim será.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Estamos já abrindo os trabalhos.

Passo a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Altineu Côrtes, para que possa fazer as suas indagações ao depoente pelo prazo de até 10 minutos; e se assim desejar, como é também o autor do requerimento, por mais 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Fernando Heller, o senhor conhece a Sra. Nelma Kodama?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Mais uma vez, ressaltando o meu respeito por esta Comissão, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor, então, não vai responder a nenhum questionamento?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Não, não irei responder.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Bom, eu acho que o senhor perde uma grande oportunidade, porque, por exemplo, a CPI vai a Curitiba e vai ouvir



novamente o Alberto Youssef, vai ouvir a Nelma Kodama e a Iara Galdino. O Alberto Youssef está sob delação premiada. Então, nós vamos ter que ir lá a Curitiba fazer os questionamentos todos sobre a questão da TOV, quando eu acho que o senhor poderia aqui, sem nenhum prejuízo próprio, imagino, já que o senhor vai esclarecer os fatos... Eu acho que a TOV é uma de muitas corretoras que existem no Brasil... Eu acho que o senhor perde aqui uma oportunidade, porque as perguntas que nós vamos fazer para o senhor, aqui, nós vamos ter que fazer para o Alberto Youssef, lá. Enfim, o senhor vai deixar aqui de esclarecer questões até, talvez, simples, do dia a dia de uma corretora.

É verdade que o senhor não respondendo nos dá a impressão e a quem tem experiências em CPI... Eu, inclusive, lembro-me do nosso Deputado Onyx Lorenzoni — que não está aqui, mas eu estive contato com ele —, que vai estar aqui, mesmo de licença médica, na próxima terça-feira. O Onyx participou de 12 CPIs, e ele sempre diz que quem vem aqui e se cala é porque tem culpa no cartório. Então, eu lamento muito por o senhor ter essa oportunidade e deixar, no momento de uma acareação, que o Brasil inteiro vai assistir — em que nós vamos falar sobre a TOV, sobre a sua pessoa, sobre os questionamentos que nós poderíamos esclarecer aqui —, deixar de usar esse tempo lá. Eu acho que o senhor perde aqui uma oportunidade. Talvez o senhor não quisesse responder uma pergunta ou outra, mas questões que já foram até ditas normais, o senhor poderia esclarecer sem até estar aumentando a exposição que vai ter o senhor, a corretora do senhor, enfim, a família do senhor. Essas acareações, com certeza, chamarão bastante a atenção dos meios de comunicação no Brasil inteiro e de pessoas sob delação premiada, mas já que essa é a sua questão.

O senhor sabe que eu sou lá do Rio de Janeiro, do Município de Itaboraí. O senhor sabe que milhares de pessoas perderam o emprego lá. O Município está passando por uma dificuldade enorme nessa região ali de São Gonçalo. E muito do dinheiro desviado, roubado lá do COMPERJ, passou, não sei se pelas suas mãos, mas pelas suas operações; quer dizer, o senhor foi responsável por ter enviado o dinheiro roubado do povo de Itaboraí e do Brasil, lá de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Ele passou pelas suas operações fraudulentas.



O senhor, por exemplo, foi acusado também de ter dado um prejuízo à PRECE, ao fundo de pensão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE do Rio de Janeiro. O senhor recebeu algumas vezes na CVM multas de talvez quase um milhão de reais por processos de irregularidades no registro de ordens de operações no mercado sem a correta identificação dos clientes. São questões sobre as quais o senhor poderia falar.

Eu acho que o senhor aumenta a expectativa e nos aguça sobre o papel da TOV em todo esse desvio de dinheiro público. Quer dizer, eu fico imaginando quantas operações fraudulentas passaram na corretora do senhor; quantas operações, só no papel, para enviar o dinheiro roubado do petrolão, para abastecer as contas do Alberto Youssef no exterior e as contas de outras pessoas! O senhor poderia estar discorrendo sobre isso, dizendo: *“Deputado, V.Exa. não tem razão! V.Exa. está falando uma besteira, está errado, está errado na sua informação; sobre isso que você está falando, não é assim, isso foi assado; a corretora minha, talvez, pudesse ter cometido esse equívoco, mas isso nós não fizemos, aquilo nós não fizemos”*. Então, é muito ruim o senhor vir aqui para a CPI, para as investigações, e nós termos que ficar supondo, pelas informações, às vezes até equivocadas, supondo situações.

Quero dizer ao senhor que não parece... Porque eu acho que talvez a sede do senhor seja em São Paulo, não é, o senhor deve ter um belo escritório, o senhor deve ter uma vida boa, uma corretora que movimentava bilhões de reais nesses últimos anos, e o senhor deve viver muito bem. Mas o senhor sabe que lá em Itaboraí, como em outros Municípios no Brasil, tem gente que perdeu o emprego e passou fome, por causa do esquema de corrupção que o senhor está envolvido. Não parece muito, mas se o senhor fosse ao Bairro de Itambi, lá em Itaboraí, iria dizer: *“Participei disso aí. Olha como está essa gente, aí!”* Aí, talvez, o senhor sentisse um pouco do que são essas coisas que nós só vemos quando estamos andando lá na rua, na política, mesmo; senão, a pessoa não tem nem condição de ver. O senhor vê aqueles vários prédios de escritórios, e as pessoas depositaram ali as suas economias, compraram e investiram no imóvel e hoje estão lá e não conseguem nem pagar o condomínio, enquanto o senhor continuou operando, aí, milhões, bilhões de reais na corretora do senhor.



Eu acho que têm vida curta essas coisas no Brasil, não é? As coisas estão mudando! O senhor perde aqui uma oportunidade disso. As perguntas sobre o senhor, sobre o seu nome, sobre a sua corretora eu vou fazer questão de fazer em todas as acareações que envolverem pessoas que são ligadas a esse esquema de corrupção e de desvio, de roubo de dinheiro público que passou pela sua mão, pela mão da sua corretora. Infelizmente, o senhor não responde, e então a gente não tem aqui a oportunidade de ouvir até as suas explicações, não é?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que adicionasse então o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. terá o tempo adicionado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu ouvi hoje aqui, e já ouviu algumas vezes, que a Presidente Dilma está fora, que ela não praticou ato de corrupção. Alguns colegas até falaram isso novamente. Eu já tinha ouvido isso algumas vezes, mas é muito importante deixar muito claro que, se não atuou diretamente, foi conivente e foi beneficiada. Há provas mais do que suficientes. Há muitas delações já, inclusive, que mostram claramente que o dinheiro foi parar de fato na conta do Partido dos Trabalhadores através de doações não só do Partido dos Trabalhadores, mas também através de notas fiscais de consultorias, essas coisas. Portanto, nós começamos a ficar ouvindo muitas vezes, e daqui a pouco vira verdade. Tem esse costume aqui, essa prática. O PT tem essa prática de, daqui a pouco, acreditar que não foi beneficiado. E a Presidenta Dilma foi beneficiada, sim, e o esquema foi montado para isso: para perpetuarem no poder.

Mas eu quero aqui, Sr. Fernando, dar uma oportunidade a V.Sa. de contribuir para o País. Não vou entrar em nenhum aspecto que possa prejudicá-lo ou fazer com que V.Sa. possa se comprometer falando alguma coisa.

Um dos objetivos da CPI é também buscar aperfeiçoar e impedir que novas irregularidades sejam cometidas. Mudar a legislação, esse é o nosso papel. O que



nós percebemos claramente é que houve realmente uma modificação — segundo inclusive o Luccas —, até proposital, de facilitar as operações de câmbio no Brasil. O que eu gostaria de pedir a V.Sa., que tem a experiência ou de diretor, ou de gestor, ou de proprietário — não sei, não interessa aqui neste momento — com relação à TOV... No que eu gostaria que V.Sa. pudesse contribuir conosco aqui é, primeiro: informando-nos as falhas. Quais são os pontos vulneráveis que temos hoje na Legislação que permitem, de fato, que tudo isso tenha ocorrido, seja nas corretoras, seja nos bancos? Isso ocorre no Banco do Brasil, ocorreu aqui, tivemos já depoimentos nesse sentido. V.Sa. poderia contribuir, sinalizando para a população brasileira que, apesar de tudo o que aconteceu, V.Sa. poderia contribuir com esta CPI. Então, eu perguntaria a V.Sa., e daria um tempo para que V.Sa. pudesse nos dizer aqui onde V.Sa. acha que tem alguma imperfeição ou alguma falha na legislação, para que possamos aqui corrigi-la, para evitar o que vem acontecendo nos últimos anos: operações de câmbio fictícias; empresas fantasmas, sem realmente o controle do COAF, sem o controle da Receita Federal; o Banco Central, também, de uma forma inoperante com relação à fiscalização. No que V.Sa. poderia contribuir conosco, aqui, com a sua experiência, no sentido de colaborar para esta CPI aperfeiçoar o sistema? V.Sa. poderia dizer alguma coisa sobre isso para nós, sem comprometê-lo, evidentemente?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Sr. Deputado, ressaltando o meu respeito pela sua palavra, eu prefiro ficar no silêncio, como propusemos no início.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não pode contribuir de forma alguma?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Não tem como contribuir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O senhor acha que qualquer coisa pode comprometê-lo? Está muito envolvido assim?

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Preferia ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É lamentável, porque, de fato, Presidente, tudo leva a crer — e V.Exa. mesmo pôde perceber isso juntamente com os colegas em Curitiba — que a medida provisória que foi encaminhada para esta Casa foi



proposital. Nós temos muitas pessoas do Governo e do Partido dos Trabalhadores que participaram dessas operações, fundo de pensão, que são pessoas experientes na área bancária. Então, no Brasil, nos últimos anos, o Governo tem feito isto: ele pega alguma área que tem certa carência, ou demanda, ou alguma necessidade de mudança, e aproveita para fazer a mudança e facilitar os desvios de recursos. Que é o caso que ocorreu no Mais Médicos. Quem é contra mais médicos no Brasil? Ninguém é contra! Agora, a forma como foi feito, através de Cuba, mandando dinheiro para Cuba, somos contra. Mas a demanda de médicos é importante. A mesma coisa com o sistema financeiro. Era importante o Brasil ter competitividade, diminuir a burocracia nas importações? Era. Era uma demanda do mercado; todo mundo queria isso. Aí vem novamente o PT, aproveita essa deixa, que era importante, tinha argumento para isso, e apresenta uma legislação e convence aqui, na base dos argumentos, da necessidade de competitividade, e aprova aqui uma legislação, que ficou totalmente vulnerável. Porque, antes, você tinha como compatibilizar e checar a questão físico-financeira. Você não podia, como hoje... Hoje, há empresa de alimentação importando e exportando material eletroeletrônico! A própria TOV, foi-nos dito aqui abertamente, usava a lara para pegar as empresas fantasmas. Eles buscavam no mercado onde havia empresa que estava paralisada, e aí compravam a empresa. Usavam inclusive funcionários — como o Sr. Raul usou a secretária como “laranja” da empresa —, e praticamente todas as empresas que foram utilizadas... E por incrível que pareça, até hoje, ainda, o Banco Central ainda está apurando, vendo, administrativamente, se a TOV tem alguma irregularidade ou não, que operou milhões e milhões. Só na Labogen foram quase 4 mil operações. Mais de 400 milhões de dólares com empresa fantasma, com falcatrua, e aí não acontece nada.

Então, nós percebemos que a legislação foi feita exatamente para facilitar a remessa de recursos, as operações fictícias de exportação e importação. Então, são coisas simples. Por isso é que eu pedi a V.Sa. para nos ajudar nessa questão. Bastaria apenas que as corretoras e que os bancos conhecessem os seus clientes — e hoje não conhecem, nem fazem questão. Eu acho que o objetivo das corretoras e dos bancos é ganhar comissão em cima das operações, sem se preocuparem se é fantasma ou se não é fantasma, se tem ilegalidade ou não.



Portanto, eu quero aqui, mais uma vez, deixar registrado que tudo o que está acontecendo na Operação Lava-Jato foi feito de uma forma orgânica, sistêmica, premeditada, organizada, para que pudesse de fato ter um sistema financeiro vulnerável, como nós temos hoje. O Brasil talvez tenha um dos melhores sistemas de controle de operações bancárias, reconhecido mundialmente, mas que não utiliza esses mecanismos da tecnologia para o bem; utiliza exatamente para desviar recurso público. É inadmissível, na era do conhecimento, com a tecnologia que nós temos, com o *know how* que nós temos na área bancária, no sistema financeiro, deixar acontecer essas operações que ocorrem hoje. Bastaria realmente que houvesse uma fiscalização um pouco melhor, que se exigisse das corretoras e dos bancos que obedecessem a uma coisa mínima, que é checar, pelo menos, o seu cliente, se ele é cadastrado ou não, até chegar a um aperfeiçoamento no sentido de checar o físico-financeiro. Hoje, infelizmente, não é feito. Mas eu não tenho nenhuma dúvida, como o Lucas confirmou aqui, de que tudo foi feito premeditadamente, minunciosamente. A legislação foi feita dessa forma para facilitar o esquema.

Eu lamento muito que V.Sa., que cometeu muitas irregularidades e vai pagar por isso, não possa aproveitar este momento para mostrar para a população brasileira que, mesmo assim, V.Sa. poderia contribuir para que essa *gang*, essa quadrilha que assaltou o Brasil pudesse pelo menos parar com isso. Porque hoje, infelizmente, a TOV ainda opera no Brasil, por incrível que pareça — por incrível que pareça! Como é que o Banco Central do Brasil, o Diretor de Fiscalização vem aqui e diz que nós temos o maior controle, hoje, no sistema financeiro do mundo, reconhecido pelo Banco Mundial, e, no momento seguinte, vem o Lucas e diz: “*Nada! Isso tudo foi feito propositadamente*”. A legislação é muito fragilizada. Então, eu lamento que V.Sa. não possa ter contribuído com o Brasil, sem prejudicá-lo. Eu não estou pedindo para V.Sa. falar nada das operações de V.Sa., apenas com relação ao sistema. Porque se aconteceu isso, foi falha do sistema, foi falha da legislação. E nós temos essa obrigação aqui.

Eu espero que o Relator, inclusive, possa, no seu relatório final, apresentar realmente sugestões para que possamos mudar a legislação e não deixar acontecer



o que está acontecendo hoje, ainda hoje, com relação aos desvios de recursos públicos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado Ivan Valente, Deputado João Gualberto. *(Pausa.)*
Também ausente.

Com a palavra o Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera, pelo tempo de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, a minha voz está bem prejudicada.

Mas, Sr. Fernando Francisco Brochado Heller, nós já ouvimos falar muito do senhor na CPI. Em particular, a Sra. Nelma Kodama falou cobras e lagartos sobre a sua pessoa. Nós achávamos, julgávamos que seria este um bom momento para fazer a sua defesa. Por exemplo, vou citar alguns fatos aqui que ela falou.

Ela falou sobre como ela conheceu a Iara Galdino: *“Olha, Iara, eu vou lhe apresentar uma pessoa que estrutura, está certo, exatamente isso, que é a matéria, a matéria-prima de ferramenta para que seja fechado um câmbio dentro de uma instituição financeira, no caso, a TOV Corretora’, que é uma das maiores corretoras e que eu acredito que hoje seja a maior do Brasil e continua fazendo os fechamentos de maneira e forma ilícita”. “De forma ilícita?” E ela repete: “Com certeza absoluta. Absolutamente, sim, sim, TOV Corretora”.*

Mais adiante, ela fala assim: *“...que é uma das maiores corretoras, e o Presidente, na época, era o Sr. Heller. Pelo que eu sei, agora é o Sr. Stéfano, que é parente do Sr. Heller, que está na direção da TOV. E, com certeza, ele tem conhecimento de tudo o que se passa dentro da corretora dele”.*

Mais para frente, ela fala assim: *“Eu acho que deveria ter uma CPI, aqui, das corretoras, das instituições financeiras, a começar pela TOV, gente — pela TOV. A TOV está abrindo as corretoras País afora”.*

Aí mais na frente: *“Então, para se fazer um contrato, uma importação, necessita-se primeiro de uma empresa, a qual deve ser passada pelo compliance da*



instituição financeira, no caso a TOV. A TOV deve conhecer o seu cliente, deve saber o potencial do seu cliente. A empresa deve ter um radar...”

Mais para frente, falando do senhor: *“Então, ele próprio, junto com outras pessoas, fazia esses contratos, esses documentos, de forma que a TOV Corretora aceitasse esses documentos para que essas importações fossem aceitas”.*

A Nelma Kodama está presa lá no Paraná; a Iara Galdino, também. A Nelma, se eu não me engano, com 12 anos; a Nelma, com 18 anos... Não, é o contrário: a Nelma, com 12; a Iara, com 18 anos. O Lucas Pace, que esteve aqui esta semana, fez um acordo, pegou só 2 anos e já está livre.

Essas pessoas desse submundo do crime, reconhecidamente já julgadas e condenadas, falaram muito da sua empresa e do senhor, e nós julgávamos que hoje era um bom momento de o senhor fazer a sua defesa; a defesa da sua honra, honra da sua empresa, do seu trabalho, fruto a sua vida.

Visto que, parece, não vai responder, Presidente, eu só queria citar isso, e eu vou subscrever as minhas perguntas para a Mesa. A menos que o senhor queira falar alguma coisa.

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Não, Sr. Deputado, vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Pansera.

Delegado Waldir. *(Pausa.)* Não se encontra.

Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)* Também não se encontra.

Deputada Eliziane Gama. *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado Carlos Marun. *(Pausa.)*

Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Por fim, eu estou aqui inscrito e vou fazer uns comentários. Inicialmente, dirijo-me ao Sr. Fernando Heller. Pergunto se S.Sa. cogita em fazer uma delação premiada.

O SR. FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER - Vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.



Bem, nós estamos encerrando aqui, já há duas semanas, um ciclo que o Presidente Hugo deliberou, cuidando da parte financeira, da parte dessas empresas que operaram o dinheiro do petrolão, permitindo que uma grande parte dele fosse enviado para fora do País através de operações fraudulentas.

Faço aqui, Relator, Deputado Luiz Sérgio, um apanhado breve, dizendo que nós ouvimos, durante essas duas últimas semanas e um pouco para trás, também, o Presidente do COAF; tivemos também oportunidade de ouvir o Diretor de Fiscalização do Banco Central; o Gerente do Banco do Brasil, também envolvido nessa operação; atendentes do Banco do Brasil; operadores de corretoras; representantes de corretoras; proprietários até de corretoras, como V.Sa. aqui presente; doleiros.

Eu acho que nós estamos praticamente encerrando esta fase, que é uma fase importante, que foi estimulada, Deputado Pansera e Deputado Izalci, a partir dos depoimentos que nós colhemos em Curitiba. A partir desse momento, nós percebemos que haveria uma possibilidade grande de brechas, de fragilidades no sistema de controle da remessa de operações de câmbio, de remessa de recursos para o exterior.

Aliás, o próprio Ministério Público Federal, nessa Operação Lava-Jato, aponta que mais de 400 milhões de dólares teriam sido remetidos, Deputado Altineu, para fora do País através dessas operações fraudulentas. Foram milhares de operações fraudulentas, centenas e talvez até milhares de empresas fantasmas, nós não sabemos ainda. Mas o fato é que há uma constatação preliminar de que o dinheiro do petrolão acabou sendo associado também ao dinheiro do narcotráfico, dentro dessas fragilidades desses controles.

Então, nós estamos encerrando esta fase, com a sugestão do próprio Relator, Luiz Sérgio, e do Presidente, Hugo Motta, de que um dos elementos, um dos resultados desta CPI certamente será uma proposta de uma legislação mais adequada, que faça uma revisão da medida provisória que foi enviada em 2006 e transformada em lei e que teria permitido essas fragilidades nos sistemas de controle. Portanto, eu acho que esse será um bom resultado das conclusões desta CPI. Como há também a questão da governança. Existem iniciativas, inclusive dentro do próprio Senado, para que se façam organizações diferenciadas nas



empresas estatais, e também outras legislações que por certo começamos a identificar. Mas seria prematuro colocar agora essas conclusões.

Portanto, eu encerro aqui as minhas palavras, como autor também do requerimento.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o debate, eu retorno a palavra ao Sr. Fernando Heller, para que ele possa fazer as suas ponderações finais.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É rápido.

Sr. Presidente, já protocolei um requerimento colocando o conjunto de pessoas que não haviam sido aprovadas ainda, que estão presas em Curitiba, para nós, semana que vem, o aprovarmos, de uma forma ou de outra, para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Inclusive acareações?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Inclusive acareações.

Outra coisa que eu queria falar é que o Deputado Delegado Waldir falou de uma coisa que eu, na hora, não falei. Queria só falar rapidamente. Essa questão da CFFC é muito séria, mas eu estou acompanhando e acho positivo o que está sendo feito lá, porque, o que aconteceu? A PETROBRAS enviou o nome de 29 empresas para a AGU e CGU pedindo investigação. Destas, se eu não me engano, 8 apenas, ou 11, é que estão envolvidas, de fato, na Lava-Jato. Em relação às demais, não existe nenhuma denúncia formal, consistente.

O que nós estamos pedindo lá é que essas empresas voltem a negociar com a PETROBRAS, obviamente em contratos novos, licitações limpas, para que não pare a cadeia de petróleo e também a indústria naval do Rio de Janeiro em função do grande número de demissões que isso está acarretando no Estado.

Sobre a mudança na lei de leniência, o que acontece é o seguinte: há uma polêmica entre a CGU, a AGU e o Ministério Público, porque, na atual lei de leniência, o Ministério Público não entra. O Ministro da CGU que falou aqui, inclusive, nos falou que ele é contra o Ministério Público participar. Só que as



empresas interessadas em fazer a leniência, muitas delas, têm demonstrado receio de que, como o processo não passa por nenhuma instância do Ministério Público, depois, o Ministério Público questione a leniência e volte o processo todo. Então, o que as empresas estão pedindo e a CFFC está encaminhando — que eu achei correto — é uma mudança na lei de leniência, colocando o Ministério Público também como instância participe dos acordos de leniência, para que, após a assinatura, não haja questionamento dos acordos.

Então, eu tenho acompanhado essa questão de que o Deputado Delegado Waldir falou aqui, porque ela tem a ver com a questão do emprego e da indústria naval no Rio de Janeiro e tem desdobramentos práticos no dia a dia, e eu acho positivas as entradas.

A minha avaliação é de que a nossa CPI tem que entrar nisso também, no relatório. Eu vou apontar, depois, para o nosso Relator, um caminho nesse sentido, que é importante mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Apenas queria sugerir a V.Exa. que pudesse me enviar essas sugestões, para que eu possa avaliá-las e, na medida do convencimento, incluí-las no relatório. Essa seria uma das muitas contribuições que V.Exa. estaria dando a este Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Bom, um comentário final: na verdade, todos nós sabemos que a própria lei da colaboração premiada, da delação premiada, que tem permitido, que tem facilitado bastante desvendar toda essa Operação Lava-Jato, foi inspirada também em uma CPI instalada na Câmara dos Deputados, a CPI dos Correios. Então, ela é um produto da própria CPI e está sendo colocada em prática, com bons resultados, a lei de colaboração premiada.

Em relação à questão da leniência, o Brasil, de repente, Deputado Luiz Sérgio, depara-se com um problema de tal magnitude que não sabe, ainda, como solucionar essa questão de tantas empresas prestadoras de serviços, empreiteiras, fornecedoras de materiais e, enfim, também agentes financeiros envolvidos numa operação de tal grandeza. Nós não sabemos ainda como solucionar isso. Então, é importante que possamos evoluir, como um produto também desta CPI, com algo que se concretize e dê mais estabilidade e mais segurança a quem tem a responsabilidade de encontrar as soluções, porque é muito difícil, hoje, no Brasil, um



discurso a favor de uma empresa, de uma empreiteira envolvida na Operação Lava-Jato. Mas elas são empresas importantes, que constituíram patrimônio material, de qualidade e de inteligência, de recursos humanos, e não podem, de forma nenhuma, serem dissipadas ao longo desse processo. É claro que elas têm que pagar as suas penalizações, mas tem-se que encontrar meios para que o País também consiga prosperar com segurança, com responsabilidade e aplicando a justiça que tem que ser aplicada, as penalidades que todas elas venham a merecer. Portanto...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só um aparte. Um grande exemplo disso é a própria empresa holandesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A SBM Offshore.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A SBM fez um acordo com o Ministério Público holandês, pagou uma grande multa e está operando na Holanda e em todos os outros países. Quer dizer, a penalidade foi a multa, e não o encerramento da atividade industrial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Mas este é um momento difícil, porque nós não temos estabilidade institucional e jurídica com relação a esse assunto. Então, acho que podemos buscar também caminhos para que isso seja apreciado no Congresso Nacional.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS AO DETAQ PARA INCLUSÃO NAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS A PEDIDO DO DEPUTADO CELSO PANSERA

RAUL HENRIQUE SROUR

(doleiro proprietário da Distri-Cash, ligado a Alberto Youssef e Nelma Kodama)

1) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 11 de maio, a Sra. Iara Galdino descreveu o esquema de lavagem de dinheiro comandado pela Sra. Nelma Kodama, no qual V.Sa. teria participado como facilitador de operações bancárias ilícitas. Disse ela: *'A Nelma distribuía a equipe dela como células - era assim que ela classificava. Ela trabalhava sozinha com os clientes, negociando com os clientes. O Lucas [Pacce] cuidava do operacional. E o Lucas*



tinha a parte que cuidava de bancos, que fazia toda a parte. (...). Ele me orientava todos os dias o meu procedimento: Você vá até o Banco Santander, fale com o gerente, peça isso, isso, isso e aquilo'. Com o passar do tempo, eu aprendi a fazer aquilo que ele me ensinou. E eu passei a fazer efetivamente. Na questão dos bancos, o Rinaldo, que o senhor citou, o gerente do Banco do Brasil, ele era um subordinado do Eiras. O gerente do banco era o Eiras, Gerente-Geral Eiras, que era sócio do Raul Srouf, que é doleiro. O Gerente-Geral do Banco do Brasil Eiras era sócio do Raul Srouf em uma das empresas que ele mantinha conta, que abriu a Império, a qual eu movimentava a Império, que foi toda feita a abertura da conta através do Eiras".

- V.Sa. confirma ser sócio do Sr. José Aparecido Augusto Eiras? Em quais empresas e quais as respectivas atividades?

- V.Sa. conhece o Sr. Rinaldo Gonçalves de Carvalho? Quais as tratativas ou negócios mantinha com ele?

- V.Sa. realizou negócios com as Sras. Iara Galdino e Nelma Kodama? Pode descrever estes negócios?

2) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 11 de maio, a Sra. Iara Galdino foi questionada pelo Deputado Izalci nos seguintes termos:

"DEPUTADO IZALCI - O Raul e o Eiras, que era gerente do Banco do Brasil... V.Sa. disse que o Rinaldo era um auxiliar, quem mandava era o Eiras. O Eiras tinha o poder de comunicar ao COAF ou não comunicar essas operações?

A SRA. IARA GALDINO - Não, o COAF é um sistema que, a partir do momento que começa a existir uma movimentação estranha na conta... Seria o que uma movimentação estranha? Todo dia um valor vultoso: 100 mil, 200 mil, 300 mil, todo dia. O COAF pede uma justificativa para o gerente...



DEPUTADO IZALCI - *Sim. E o gerente era orientado a fazer isso, para não causar nenhuma suspeita, no caso do Eiras.*

A SRA. IARA GALDINO - *Ele tem que justificar: eu estive na empresa, fiz uma visita, é uma multinacional que movimenta milhões.*

DEPUTADO IZALCI - *Ok. Mas o Eiras estava orientado para isso, já que era sócio do Raul?*

A SRA. IARA GALDINO - *Ele estava orientado a como fazer essa justificativa, porque...*

DEPUTADO IZALCI - *Para não chamar a atenção. Não é isso?*

A SRA. IARA GALDINO - *Para não chamara atenção. "*

- V.Sa. Pode descrever como as operações eram realizadas para não chamar a atenção do COAF?

- V.Sa. foi submetido a investigações do COAF ou do Banco Central pelas as operações realizadas com as Sras. Nelma Kodama? Qual o resultado destas investigações?

3) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 11 de maio, a Sra. Iara Galdino declarou que, "quando [o Raul Srour] apresentou o Eiras, para que fosse aberta a conta no Banco do Brasil, é porque ele tinha um débito com a Nelma. Ele precisava pagar esse débito a ela. Então, ele pegou e fez uma válvula, tipo: eu vou te colocar ali, Iara, no Banco do Brasil, porque, com o lucro do Banco do Brasil que eu tirar dessa empresa, eu vou ter o valor para repassar à Nelma, foi um contrato que eles fizeram de um valor que ele teria que repassar para ela todo mês, de dívida. Foi aonde eu comecei a operar no Banco do Brasil, na Rio Branco, porque ele tinha... É impossível, Deputado, fazer movimentações, se o gerente não tiver o conhecimento". Segundo ela, as operações eram previamente combinadas entre V.Sa. e seu sócio, Sr. José Augusto Eiras.

- O que V.Sa. tem a dizer sobre estas declarações e sobre as operações realizadas pelas empresas de V.Sa. no Banco do Brasil? - A Distri-Cash e outras empresas foram favorecidas nos negócios? Quais funcionários do banco tiveram participação?

4) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama foi questionada pelo Deputado Altineu Côrtes se achava justo V.Sa. estar solto. Ela



respondeu: "Não, eu não acho, ele estar solto, principalmente porque ele também foi um dos grandes doleiros junto, e na época do Sr. Matalon. E o Sr. Raul Henrique Srour, ele também participou de uma delação premiada. Então, entendo eu que quando você assume um termo, ou de colaboração, ou delação premiada, você assume uma série de compromissos. (...). Então, a partir do momento que você tem os seus compromissos, você, inclusive, não pode atuar no mercado financeiro, e você não pode fazer uma série de crimes que você cometeu. E o Sr. Raul cometeu esses crimes, mesmo após a delação premiada dele. (...). Está solto. Então, eu acho que não é justo isso, haja vista que eu fui condenada numa corrupção ativa, da qual não há provas, está certo? E eu tenho provas que o Sr. Raul, junto com o Gerente- Geral do Banco do Brasil, o Sr. José Augusto Aparecido Eiras... Havia um contrato entre eles, pelo qual eles movimentavam grandes quantidades de dinheiro. '

- Considerando esta afirmação e o fato de que a Sra. Nelma Kodama firmou termo de colaboração premiada, V.Sa. possui provas que possam desconstituir estas afirmações?

- V.Sa. pode descrever a atual situação dos processos a que responde na Justiça? Houve algum acordo para redução de pena mediante colaboração?

5) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama afirmou que "toda essa corrupção, tudo isso que está acontecendo das empreiteiras, da PETROBRAS, de tudo isso, tem a participação do Banco Central, das instituições financeiras. E se não houver uma mudança na legislação, e até se utilizar da gente, porque nós temos o conhecimento, porque são as brechas, isso nunca vai terminar. Então, de onde vem o dinheiro vivo? Dos próprios bancos, das próprias instituições financeiras'.

- V.Sa. pode indicar os nomes das pessoas do Banco Central e do COAF que estavam em conluio e eram beneficiadas pelas movimentações fraudulentas?

- Pode indicar os nomes de outros bancos e dos respectivos funcionários que também tinham participação?

- Pode citar exemplos de brechas no sistema financeiro que devem ser corrigidas?

6) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 18 de agosto, o Sr. José Augusto Eiras explicou um negócio que fez com V.Sa., vendendo-lhe uma empresa para gerar "capital de giro" para a corretora Distri-Cash. Ele disse também que indicou a cunhada, Sra. Vanessa, para compor o



quadro societário da empresa, uma vez que ela precisava de emprego e queria estudar em São Paulo. Segundo ele, a Sra. Vanessa acabou indo para o Paraná e seu nome nunca foi substituído no negócio.

- V.Sa. confirma este negócio? O Sr. Eiras ou a Sra. Vanessa tinham participação nos negócios e nos lucros?

- V.Sa. pode indicar outras empresas em que utilizou laranjas para exercer as atividades?

7) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama fez a seguinte afirmação: *"os clientes entregavam dinheiro para mim às vezes sem saber quem eu era. Eu não falava com meus clientes olho no olho, mas eles ouviam o meu nome e entregavam dinheiro para mim, para receber numa conta lá fora, através de evasão de divisa, que eu confesso - sou ré confessa, está certo? -, em 48 horas ou em 72 horas"*.

- V.Sa. realizava remessa de recursos ao exterior? Quem eram os beneficiários?

- V.Sa. possui contas no exterior?

- V.Sa. conhece ou já realizou operações com os Srs. Alberto Youssef e Carlos Habib Chater? Pode descrevê-las?

FERNANDO FRANCISCO BROCHADO HELLER

(ex-Diretor da Tov Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

1) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama descreveu sua relação com a Sra. Iara Galdino e chegou a citar a Tov Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda., relacionando-a a atos ilícitos. Disse ela:

"Eu conheci a Iara, se eu não estou enganada, foi numa reunião, foi numa reunião que eu tive com um cliente, ela estava presente. Não sei o que ela fazia lá, e eu me apresentei a ela, e ela falou... começamos a conversar, ela falou o que fazia, e eu, na necessidade de ter mais alguma empresa, empresas de fachada, falei assim para ela: 'Olha, Iara, eu vou lhe apresentar uma



peessoa que estrutura, está certo, exatamente isso, que é a matéria, a matéria-prima de ferramenta para que seja fechado um câmbio dentro de uma instituição financeira, no caso, a TOV Corretora', que é uma das maiores corretoras e que eu acredito que hoje seja a maior do Brasil e continua fazendo os fechamentos de maneira e forma ilícita. (...).[De forma ilícita] com certeza! Absoluta. Absolutamente, sim, sim, TOV Corretora'.

- O que V.Sa. tem a dizer sobre esta declaração?

- A Tov Corretora possui envolvimento nas denúncias investigadas pela Operação Lava-Jato?

2) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama citou a Tov Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; afirmando *"que é uma das maiores corretoras, e o Presidente, na época, era o Sr. Heiler. Pelo que eu sei, agora é o Sr. Stéfano, que é parente do Sr. Heiler, que está na direção da TOV. E, com certeza, ele tem conhecimento de tudo o que se passa dentro da corretora dele".*

- V.Sa. pode descrever a relação da Tov Corretora com as Sras. Nelma Kodama e Iara Galdino?

- A Tov Corretora possui relação com os Srs. Alberto Youssef, Carlos Habib Chater e Raul Srour?

- O Sr. Stéfano é o atual Presidente da Tov Corretora? V.Sa. possui Grau de parentesco com ele?

3) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama declarou que, além de corretoras lucrarem com operações irregulares, devido a brechas no sistema financeiro, os bancos também lucram com tais operações, afirmando que *"é impossível que os bancos não saibam que isso existe".* Segundo ela, funcionários de bancos ganham *"comissões, e até mesmo empresas. Gerentes até têm empresas junto".*

- V.Sa. Possui sócios que são funcionários de bancos?



- Tem conhecimento de funcionários de bancos envolvidos em operações ilícitas com doleiros?

4) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama declarou o seguinte: *"eu acho que deveria ter uma CPI aqui das corretoras, das instituições financeiras, a começar pela TOV, gente. Pela TOV, A TOV está abrindo as corretoras fora do País. Isso vai facilitar quem? A mim? Aos seus filhos, aos seus netos? Quem?"*

- V.Sa. pode descrever os negócios que a Tov possui fora do país?

- V.Sa. possui contas no exterior? Qual o montante de recursos mantidos fora do país?

5) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 12 de maio, a Sra. Nelma Kodama declarou ter sido condenada pela Justiça por irregularidades detectadas em 91 contrato. Segundo ela, *'eram contratos que foram celebrados na TOV Corretora. Quem estruturava esses contratos, essas importações fraudulentas era o Sr. Lucas Pacce Neto e eu apenas era a doleira, ou seja, eu comprava e vendia moeda. Então, para se fazer um contrato, uma importação, necessita-se primeiro de uma empresa, a qual ela deve ser passada pelo compliance da instituição financeira, no caso, a TOV; a TOV deve conhecer o seu cliente, deve saber o potencial do seu cliente; a empresa deve ter o radar, ou seja, deve passar por todo um critério para poder ser aprovada na corretora, o qual não teve. Diante disso, essa empresa, ao fechar o câmbio, ela tem que ter os documentos, que são as faturas, as invoices, as BLS. Desses documentos eu não tenho conhecimento porque essa parte quem fazia era o Sr. Lucas Pacce. Ele próprio, no seu termo de colaboração, fala que, durante 32 anos, ele trabalhou em grandes instituições financeiras, inclusive em mesas de câmbio, em bancos. Então, ele próprio, junto com outras pessoas, ele fazia esses contratos, esses documentos de forma que a TOV Corretora aceitasse esses documentos para que essas importações fossem aceitas'*

- V.Sa. confirma que houve fraude nas operações realizadas pela Tov com a Sra. Nelma Kodama?



- V.Sa. conhece o Sr. Lucas Pacce Júnior? - Qual a relação dele com a Tov Corretora?